

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	10
DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	11
DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	12
Demonstração de Valor Adicionado	13

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	15
Balanço Patrimonial Passivo	16
Demonstração do Resultado	18
Demonstração do Resultado Abrangente	19
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	20

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	22
DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	23
DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	24
Demonstração de Valor Adicionado	25

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	27
Notas Explicativas	38

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	126
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	128
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	129

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.028.701
Preferenciais	474.085
Total	1.502.786
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	25/10/2013	Dividendo	14/11/2013	Ordinária		0,35057
Reunião do Conselho de Administração	25/10/2013	Dividendo	14/11/2013	Preferencial		0,38563

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
1	Ativo Total	6.582.450	5.728.250	4.762.904
1.01	Ativo Circulante	3.796.950	3.313.832	2.403.675
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	447.442	128.780	196.459
1.01.03	Contas a Receber	487.835	560.569	476.669
1.01.03.01	Clientes	413.417	456.142	407.735
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	74.418	104.427	68.934
1.01.04	Estoques	610.280	516.194	460.902
1.01.06	Tributos a Recuperar	114.626	75.331	68.295
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.136.767	2.032.958	1.201.350
1.01.08.03	Outros	2.136.767	2.032.958	1.201.350
1.01.08.03.01	Créditos com Partes Relacionadas	2.125.022	2.015.354	1.174.204
1.01.08.03.02	Dividendos a Receber	7.532	0	17.535
1.01.08.03.03	Operações com Derivativos	4.213	17.604	9.611
1.02	Ativo Não Circulante	2.785.500	2.414.418	2.359.229
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	682.377	653.265	773.902
1.02.01.03	Contas a Receber	42.750	30.265	33.280
1.02.01.06	Tributos Diferidos	264.774	290.224	320.536
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	230.169	192.534	284.089
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	144.684	140.242	135.997
1.02.01.09.01	Ativos Não-Correntes a Venda	347	347	347
1.02.01.09.03	Operações com Derivativos	1.021	2.158	144
1.02.01.09.04	Impostos a Recuperar	26.710	28.203	27.837
1.02.01.09.05	Depósitos para Recursos e Outros	116.606	109.534	107.669
1.02.02	Investimentos	1.342.967	1.012.266	848.525
1.02.03	Imobilizado	691.434	684.403	677.102
1.02.04	Intangível	68.722	64.484	59.700

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
2	Passivo Total	6.582.450	5.728.250	4.762.904
2.01	Passivo Circulante	2.757.514	2.557.354	2.502.440
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	108.951	117.833	106.920
2.01.02	Fornecedores	1.731.469	1.649.996	1.274.134
2.01.03	Obrigações Fiscais	144.707	86.751	83.740
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	15.183	19.269	19.085
2.01.05	Outras Obrigações	757.204	644.560	1.018.561
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	269.281	221.616	211.430
2.01.05.02	Outros	487.923	422.944	807.131
2.01.05.02.04	Operações com Derivativos	86.148	45.733	100.020
2.01.05.02.05	Outros Passivos	401.775	377.211	707.111
2.01.06	Provisões	0	38.945	0
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	0	38.945	0
2.01.06.01.05	Compromissos e demandas judiciais e administrativas	0	38.945	0
2.02	Passivo Não Circulante	1.473.787	1.141.752	544.500
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	122.710	92.275	65.801
2.02.02	Outras Obrigações	1.172.367	792.618	120.661
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.106.846	792.618	120.661
2.02.02.02	Outros	65.521	0	0
2.02.02.02.03	Obrigações Fiscais	65.521	0	0
2.02.04	Provisões	178.710	256.859	358.038
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	152.889	200.101	225.572
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	28.307	68.336	100.862
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	11.642	9.740	12.588
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	31.049	21.513	17.988
2.02.04.01.05	Plano de Previdência Privada	6.822	10.356	19.456
2.02.04.01.06	Plano de Assistência Médica	75.069	90.156	74.678
2.02.04.02	Outras Provisões	25.821	56.758	132.466

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
2.02.04.02.04	Provisão para Passivo a Descoberto	0	18.099	72.721
2.02.04.02.05	Outros Passivos	25.089	38.325	57.280
2.02.04.02.06	Operações com Derivativos	732	334	2.465
2.03	Patrimônio Líquido	2.351.149	2.029.144	1.715.964
2.03.01	Capital Social Realizado	1.085.793	1.085.793	1.085.793
2.03.02	Reservas de Capital	72.647	63.992	54.037
2.03.04	Reservas de Lucros	1.237.545	968.251	681.738
2.03.04.01	Reserva Legal	217.159	217.159	200.742
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.020.386	751.092	480.996
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-30.162	-30.540	-31.986
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	-14.674	-58.352	-73.618

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	6.690.495	6.337.687	5.817.938
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-5.184.494	-4.943.351	-4.317.720
3.03	Resultado Bruto	1.506.001	1.394.336	1.500.218
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-571.730	-634.420	-1.181.108
3.04.01	Despesas com Vendas	-453.162	-430.225	-324.853
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-295.860	-294.180	-227.157
3.04.02.01	Gerais e Adiministrativas	-295.860	-294.180	-227.157
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-130.162	-93.211	-731.726
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	307.454	183.196	102.628
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	934.271	759.916	319.110
3.06	Resultado Financeiro	-4.249	-3.836	-19.638
3.06.01	Receitas Financeiras	693.077	347.393	480.618
3.06.02	Despesas Financeiras	-697.326	-351.229	-500.256
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	930.022	756.080	299.472
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-117.275	-149.813	69.206
3.08.01	Corrente	-91.685	-120.734	324
3.08.02	Diferido	-25.590	-29.079	68.882
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	812.747	606.267	368.678
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	812.747	606.267	368.678

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	812.747	606.267	368.678
4.02	Outros Resultados Abrangentes	44.056	16.712	-49.509
4.03	Resultado Abrangente do Período	856.803	622.979	319.169

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	585.826	130.493	823.701
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	773.653	710.967	466.114
6.01.01.01	Lucro Líquido antes do IR	930.022	756.080	299.472
6.01.01.03	Depreciação, amortização e exaustão	131.959	129.281	122.177
6.01.01.04	Equivalência patrimonial	-307.454	-183.196	-102.628
6.01.01.05	Provisão e baixa de ativos	4.781	4.347	4.220
6.01.01.06	Provisão e baixa de investimentos	0	0	1.250
6.01.01.07	Encargos financeiros sobre financiamento	1.804	2.461	2.531
6.01.01.08	Provisões (reversões) de contingências	-55.004	18.642	30.149
6.01.01.09	Ajuste a Valor Presente	97	3.636	3.154
6.01.01.10	Provisões para Perda no Estoque	7.777	9.255	5.672
6.01.01.11	Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa	14.818	9.541	8.586
6.01.01.12	Remuneração Baseada em Ações	8.655	9.955	5.184
6.01.01.14	Ganhos com Operações com Derivativos	36.198	-49.035	86.347
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-94.684	-461.199	379.530
6.01.02.01	Clientes	24.569	-56.976	-28.489
6.01.02.02	Estoques	-107.369	-59.093	91.704
6.01.02.03	Impostos a recuperar	-37.802	-7.402	-53.055
6.01.02.04	Contas a receber partes relacionadas	-275.549	-373.717	270.312
6.01.02.05	Dividendos recebidos	30.856	42.109	22.624
6.01.02.06	Demais ativos	10.261	-34.685	-20.766
6.01.02.07	Fornecedores	96.607	371.865	46.886
6.01.02.08	Contas a pagar partes relacionadas	47.844	9.939	-146.439
6.01.02.09	Obrigações com pessoal	-8.882	10.913	10.933
6.01.02.10	Impostos e contribuições	124.934	1.554	24.461
6.01.02.11	Demais passivos	-153	-365.706	161.359
6.01.03	Outros	-93.143	-119.275	-21.943
6.01.03.01	Pagamento de IR e CS	-93.143	-119.275	-21.943

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-183.416	-191.421	-144.378
6.02.01	Investimentos em ativo imob.e intangível	-148.009	-145.713	-116.617
6.02.02	Investimentos em controladas	-35.407	-45.708	-27.761
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-83.748	-6.751	-791.143
6.03.01	Ingressos de financiamentos	45.250	45.250	0
6.03.02	Amortizações de financiamentos	-18.777	-18.785	-14.308
6.03.03	Juros pagos sobre financiamentos	-1.928	-2.268	-7.003
6.03.04	Mútuo e C/C entre parte relacionadas	406.246	291.975	-528.657
6.03.05	Juros Recebidos (pagos) sobre mútuos	29.663	498	3.556
6.03.07	Dividendos pagos	-544.202	-323.421	-244.731
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	318.662	-67.679	-111.820
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	128.780	196.459	308.279
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	447.442	128.780	196.459

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.085.793	63.992	968.251	0	-88.892	2.029.144
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.085.793	63.992	968.251	0	-88.892	2.029.144
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	8.655	-340.257	-203.196	0	-534.798
5.04.06	Dividendos	0	0	-340.257	-203.196	0	-543.453
5.04.08	Pagamento Baseado em Ações	0	8.655	0	0	0	8.655
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	812.747	44.056	856.803
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	812.747	0	812.747
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	44.056	44.056
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-12.296	-12.296
5.05.02.06	Variação Cambial de Investidas no Exterior	0	0	0	0	43.678	43.678
5.05.02.07	Ganho e Perda Atuarial	0	0	0	0	12.674	12.674
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	609.551	-609.551	0	0
5.06.05	Retenção de Lucros	0	0	609.551	-609.551	0	0
5.07	Saldos Finais	1.085.793	72.647	1.237.545	0	-44.836	2.351.149

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.085.793	54.037	681.738	0	-105.604	1.715.964
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.085.793	54.037	681.738	0	-105.604	1.715.964
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	9.955	-172.285	-147.469	0	-309.799
5.04.06	Dividendos	0	0	-172.285	-73.434	0	-245.719
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-74.035	0	-74.035
5.04.08	Pagamento Baseado em Ações	0	9.955	0	0	0	9.955
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	606.267	16.712	622.979
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	606.267	0	606.267
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	16.712	16.712
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	10.484	10.484
5.05.02.06	Variação Cambial de Investidas no Exterior	0	0	0	0	15.266	15.266
5.05.02.07	Ganho e Perda Atuarial	0	0	0	0	-9.038	-9.038
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	458.798	-458.798	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	16.417	-16.417	0	0
5.06.05	Retenção de Lucros	0	0	442.381	-442.381	0	0
5.07	Saldos Finais	1.085.793	63.992	968.251	0	-88.892	2.029.144

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.085.793	48.853	558.142	0	-56.095	1.636.693
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.085.793	48.853	558.142	0	-56.095	1.636.693
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	5.184	-156.871	-88.211	0	-239.898
5.04.06	Dividendos	0	0	-156.871	-88.211	0	-245.082
5.04.08	Pagamento Baseado em Ações	0	5.184	0	0	0	5.184
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	368.678	-49.509	319.169
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	368.678	0	368.678
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-49.509	-49.509
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-68.530	-68.530
5.05.02.06	Variação Cambial de Investidas no Exterior	0	0	0	0	25.941	25.941
5.05.02.07	Ganho e Perda Atuarial	0	0	0	0	-6.920	-6.920
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	280.467	-280.467	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	18.434	-18.434	0	0
5.06.05	Retençãod e Lucros	0	0	262.033	-262.033	0	0
5.07	Saldos Finais	1.085.793	54.037	681.738	0	-105.604	1.715.964

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
7.01	Receitas	8.497.447	7.913.586	7.595.893
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	8.492.268	7.904.574	7.592.154
7.01.02	Outras Receitas	19.997	18.553	12.325
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-14.818	-9.541	-8.586
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-5.809.360	-5.597.824	-5.303.006
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-5.363.065	-5.155.470	-4.344.570
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-446.295	-442.354	-958.436
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.688.087	2.315.762	2.292.887
7.04	Retenções	-131.959	-129.281	-122.177
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-131.959	-129.281	-122.177
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.556.128	2.186.481	2.170.710
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.000.531	530.589	583.246
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	307.454	183.196	102.628
7.06.02	Receitas Financeiras	693.077	347.393	480.618
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.556.659	2.717.070	2.753.956
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.556.659	2.717.070	2.753.956
7.08.01	Pessoal	1.187.909	1.098.671	976.320
7.08.01.01	Remuneração Direta	984.456	921.972	802.555
7.08.01.02	Benefícios	203.453	176.699	173.765
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	823.057	629.111	877.622
7.08.02.01	Federais	660.449	504.651	690.971
7.08.02.02	Estaduais	159.050	120.888	183.288
7.08.02.03	Municipais	3.558	3.572	3.363
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	732.946	383.021	531.336
7.08.03.01	Juros	697.326	351.229	500.256
7.08.03.02	Aluguéis	35.620	31.792	31.080
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	812.747	606.267	368.678
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	74.035	0

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
7.08.04.02	Dividendos	203.196	73.434	88.211
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	609.551	458.798	280.467

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
1	Ativo Total	6.576.714	5.968.374	5.258.175
1.01	Ativo Circulante	4.804.825	4.277.516	3.478.212
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	971.511	377.561	665.092
1.01.03	Contas a Receber	1.107.576	1.288.737	961.849
1.01.03.01	Clientes	960.032	1.111.767	851.047
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	147.544	176.970	110.802
1.01.04	Estoques	1.147.764	896.546	805.849
1.01.06	Tributos a Recuperar	178.013	130.770	128.942
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	178.013	130.770	128.942
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.399.961	1.583.902	916.480
1.01.08.03	Outros	1.399.961	1.583.902	916.480
1.01.08.03.01	Créditos com Partes Relacionadas	1.394.912	1.566.160	906.132
1.01.08.03.02	Operações com Derivativos	5.049	17.742	10.348
1.02	Ativo Não Circulante	1.771.889	1.690.858	1.779.963
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	758.873	719.604	823.924
1.02.01.03	Contas a Receber	44.062	31.419	33.543
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	44.062	31.419	33.543
1.02.01.06	Tributos Diferidos	325.513	339.684	366.046
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	325.513	339.684	366.046
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	218.693	182.622	260.176
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	170.605	165.879	164.159
1.02.01.09.01	Ativos Não-Correntes a Venda	386	386	1.686
1.02.01.09.03	Depósitos para Recursos	141.970	134.558	134.026
1.02.01.09.04	Operações com Derivativos	1.046	2.158	144
1.02.01.09.05	Impostos a Recuperar	27.203	28.777	28.303
1.02.02	Investimentos	5.500	5.490	5.484
1.02.03	Imobilizado	923.076	887.510	878.154
1.02.04	Intangível	84.440	78.254	72.401

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
2	Passivo Total	6.576.714	5.968.374	5.258.175
2.01	Passivo Circulante	3.644.452	3.393.400	2.950.114
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	122.359	129.395	116.322
2.01.02	Fornecedores	2.546.138	2.379.680	1.726.151
2.01.03	Obrigações Fiscais	175.998	150.062	110.441
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	15.759	19.269	19.107
2.01.05	Outras Obrigações	784.198	676.049	978.093
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	69.923	35.997	34.531
2.01.05.02	Outros	714.275	640.052	943.562
2.01.05.02.04	Operações com Derivativos	86.934	46.397	100.265
2.01.05.02.05	Outros Passivos	627.341	593.655	843.297
2.01.06	Provisões	0	38.945	0
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	0	38.945	0
2.01.06.01.05	Compromissos e demandas judiciais e administrativas	0	38.945	0
2.02	Passivo Não Circulante	467.526	443.263	496.877
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	122.710	92.275	65.801
2.02.02	Outras Obrigações	111.725	41.123	27.862
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	44.060	41.123	27.862
2.02.02.02	Outros	67.665	0	0
2.02.02.02.03	Obrigações Fiscais	67.665	0	0
2.02.04	Provisões	233.091	309.865	403.214
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	164.522	209.601	240.028
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	33.740	71.781	104.363
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	14.182	11.786	19.117
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	34.709	25.522	22.414
2.02.04.01.05	Plano de Previdência Privada	6.822	10.356	19.456
2.02.04.01.06	Plano de Previdência Médica	75.069	90.156	74.678
2.02.04.02	Outras Provisões	68.569	100.264	163.186

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
2.02.04.02.04	Operações com Derivativos	739	334	2.465
2.02.04.02.05	Outros Passivos	67.830	99.930	160.721
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	2.464.736	2.131.711	1.811.184
2.03.01	Capital Social Realizado	1.085.793	1.085.793	1.085.793
2.03.02	Reservas de Capital	72.647	63.992	54.037
2.03.04	Reservas de Lucros	1.237.545	968.251	681.738
2.03.04.01	Reserva Legal	217.159	217.159	200.742
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.020.386	751.092	480.996
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-30.162	-30.540	-31.986
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	-14.674	-58.352	-73.618
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	113.587	102.567	95.220

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	9.334.857	8.457.901	7.465.334
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-7.185.190	-6.584.815	-5.649.872
3.03	Resultado Bruto	2.149.667	1.873.086	1.815.462
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.081.417	-1.001.561	-1.455.141
3.04.01	Despesas com Vendas	-565.229	-546.130	-423.228
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-352.157	-350.587	-268.728
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-352.157	-350.587	-268.728
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-164.031	-104.844	-763.185
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.068.250	871.525	360.321
3.06	Resultado Financeiro	-43.042	-47.464	-35.968
3.06.01	Receitas Financeiras	791.847	423.843	557.061
3.06.02	Despesas Financeiras	-834.889	-471.307	-593.029
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.025.208	824.061	324.353
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-204.438	-207.110	47.311
3.08.01	Corrente	-188.941	-173.729	-17.903
3.08.02	Diferido	-15.497	-33.381	65.214
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	820.770	616.951	371.664
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	820.770	616.951	371.664
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	812.747	606.267	368.678
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	8.023	10.684	2.986

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	812.747	606.267	368.678
4.02	Outros Resultados Abrangentes	62.306	25.524	-34.880
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	875.053	631.791	333.798
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	856.803	622.979	319.169
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	18.250	8.812	14.629

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.150.580	596.062	818.471
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.219.936	1.002.858	653.314
6.01.01.01	Lucro Líquido antes do IR	1.025.208	824.061	324.353
6.01.01.03	Depreciação, amortização e exaustão	161.287	158.014	155.477
6.01.01.05	Provisão e baixa de ativos	5.795	16.789	4.632
6.01.01.07	Encargos financeiros sobre financiamento	1.804	2.461	2.531
6.01.01.08	Provisão (reversão) de contingências	-50.649	19.334	34.449
6.01.01.09	Ajuste a valor presente	1.161	-8.965	18.331
6.01.01.10	Provisões para perda no estoque	10.421	14.251	8.321
6.01.01.11	Provisões para créditos de liquidação duvidosa	19.924	15.824	13.830
6.01.01.12	Remuneração Baseada em ações	8.655	9.955	5.184
6.01.01.14	Ganhos com Operações com Derivativos	36.330	-48.866	86.206
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	127.690	-249.175	215.871
6.01.02.01	Clientes	131.173	-278.340	-29.320
6.01.02.02	Estoques	-272.145	-105.287	90.131
6.01.02.03	Impostos a recuperar	-45.669	-2.302	-67.859
6.01.02.04	Contas a receber partes relacionadas	12.048	-189.288	-55.350
6.01.02.05	Demais ativos	9.179	-63.619	-10.378
6.01.02.06	Fornecedores	184.546	656.968	75.780
6.01.02.07	Contas a pagar partes relacionadas	35.015	29.213	36.383
6.01.02.08	Obrigações com pessoal	-7.036	13.073	9.789
6.01.02.09	Impostos e contribuições	92.699	23.336	24.356
6.01.02.10	Demais passivos	-12.120	-332.929	142.339
6.01.03	Outros	-197.046	-157.621	-50.714
6.01.03.01	Pagamento de IR e CS	-197.046	-157.621	-50.714
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-139.168	-174.399	-132.647
6.02.01	Investimentos em ativo imob.e intangível	-174.941	-173.329	-142.960
6.02.03	Variação de investimento no exterior	35.773	-1.070	10.313

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-417.462	-709.194	-524.516
6.03.01	Ingressos de financiamentos	45.826	45.250	0
6.03.02	Amortização de financiamentos	-18.777	-18.807	-14.286
6.03.03	Juros pagos sobre financiamentos	-1.928	-2.268	-7.003
6.03.04	Mútuo e C/C entre partes relacionadas	87.209	-394.919	-265.595
6.03.05	Juros recebidos (pagos) sobre mútuos	29.663	-2.880	12.071
6.03.07	Dividendos pagos	-559.455	-335.570	-249.703
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	593.950	-287.531	161.308
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	377.561	665.092	503.784
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	971.511	377.561	665.092

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.085.793	63.992	968.251	0	-88.892	2.029.144	102.567	2.131.711
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.085.793	63.992	968.251	0	-88.892	2.029.144	102.567	2.131.711
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	8.655	-340.257	-203.196	0	-534.798	-15.253	-550.051
5.04.06	Dividendos	0	0	-340.257	-203.196	0	-543.453	-15.253	-558.706
5.04.08	Pagamento Baseado em Ações	0	8.655	0	0	0	8.655	0	8.655
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	812.747	44.056	856.803	26.273	883.076
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	812.747	0	812.747	8.023	820.770
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	44.056	44.056	18.250	62.306
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-12.296	-12.296	0	-12.296
5.05.02.06	Variação cambial de Investidas no Exterior	0	0	0	0	43.678	43.678	18.250	61.928
5.05.02.07	Ganho e Perda Atuarial	0	0	0	0	12.674	12.674	0	12.674
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	609.551	-609.551	0	0	0	0
5.06.05	Retenção de Lucros	0	0	609.551	-609.551	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.085.793	72.647	1.237.545	0	-44.836	2.351.149	113.587	2.464.736

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.085.793	54.037	681.738	0	-105.604	1.715.964	95.220	1.811.184
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.085.793	54.037	681.738	0	-105.604	1.715.964	95.220	1.811.184
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	9.955	-172.285	-147.469	0	-309.799	-12.149	-321.948
5.04.06	Dividendos	0	0	-172.285	-73.434	0	-245.719	-12.149	-257.868
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-74.035	0	-74.035	0	-74.035
5.04.08	Pagamento Baseado em Ações	0	9.955	0	0	0	9.955	0	9.955
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	606.267	16.712	622.979	19.496	642.475
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	606.267	0	606.267	10.684	616.951
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	16.712	16.712	8.812	25.524
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	10.484	10.484	0	10.484
5.05.02.06	Variação cambial de Investidas no Exterior	0	0	0	0	15.266	15.266	8.812	24.078
5.05.02.07	Ganho e Perda Atuarial	0	0	0	0	-9.038	-9.038	0	-9.038
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	458.798	-458.798	0	0	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	16.417	-16.417	0	0	0	0
5.06.05	Retenção de Lucro	0	0	442.381	-442.381	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.085.793	63.992	968.251	0	-88.892	2.029.144	102.567	2.131.711

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.085.793	48.853	558.142	0	-56.095	1.636.693	82.577	1.719.270
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.085.793	48.853	558.142	0	-56.095	1.636.693	82.577	1.719.270
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	5.184	-156.871	-88.211	0	-239.898	-4.972	-244.870
5.04.06	Dividendos	0	0	-156.871	-88.211	0	-245.082	-4.972	-250.054
5.04.08	Pagamento Baseado em Ações	0	5.184	0	0	0	5.184	0	5.184
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	368.678	-49.509	319.169	17.615	336.784
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	368.678	0	368.678	2.986	371.664
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-49.509	-49.509	14.629	-34.880
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-68.530	-68.530	0	-68.530
5.05.02.06	Variação Cambial de Investidas no Exterior	0	0	0	0	25.941	25.941	14.629	40.570
5.05.02.07	Ganho e Perda Atuarial	0	0	0	0	-6.920	-6.920	0	-6.920
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	280.467	-280.467	0	0	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	18.434	-18.434	0	0	0	0
5.06.05	Retenção de Lucros	0	0	262.033	-262.033	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.085.793	54.037	681.738	0	-105.604	1.715.964	95.220	1.811.184

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
7.01	Receitas	11.389.328	10.244.569	9.418.621
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	11.406.483	10.259.447	9.430.639
7.01.02	Outras Receitas	2.769	946	1.812
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-19.924	-15.824	-13.830
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-7.930.272	-7.398.563	-6.761.164
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-7.321.980	-6.803.331	-5.667.510
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-608.292	-595.232	-1.093.654
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.459.056	2.846.006	2.657.457
7.04	Retenções	-161.287	-158.014	-155.477
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-161.287	-158.014	-155.477
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	3.297.769	2.687.992	2.501.980
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	791.847	423.843	557.061
7.06.02	Receitas Financeiras	791.847	423.843	557.061
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	4.089.616	3.111.835	3.059.041
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	4.089.616	3.111.835	3.059.041
7.08.01	Pessoal	1.378.386	1.232.167	1.089.709
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.123.358	1.016.639	886.741
7.08.01.02	Benefícios	255.028	215.528	202.968
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.005.114	737.760	960.180
7.08.02.01	Federais	807.938	597.775	772.445
7.08.02.02	Estaduais	187.728	130.769	180.546
7.08.02.03	Municipais	9.448	9.216	7.189
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	885.346	524.957	637.488
7.08.03.01	Juros	834.889	471.307	593.029
7.08.03.02	Aluguéis	50.457	53.650	44.459
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	812.747	606.267	368.678
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	74.035	0
7.08.04.02	Dividendos	203.196	73.434	88.211

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	609.551	458.798	280.467
7.08.05	Outros	8.023	10.684	2.986
7.08.05.01	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	8.023	10.684	2.986

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Whirlpool S.A., bem como as Demonstrações Financeiras consolidadas, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.

1. CENÁRIO ECONÔMICO

Mercado Interno

O ano de 2013 foi marcado pelo baixo crescimento econômico, com estimativa de mercado do Banco Central de 2,3%. Em um cenário de crescimento modesto, níveis de inflação próximos ao teto da meta de 6% a.a. e leve redução no nível de desemprego em relação ao ano de 2012, houve um arrefecimento no crescimento de renda real. Houve impacto negativo também no crédito à pessoa física por conta da retomada dos aumentos na taxa básica de juros (SELIC), fechando o ano em 10,0%.

A conjuntura macroeconômica para 2014 segue incerta, com expectativa do mercado para leve redução no nível de crescimento da economia e continuidade nos patamares da inflação. Parte do crescimento baixo pode ser atribuído às eleições presidenciais, que devem trazer incertezas para a economia brasileira. No que diz respeito ao consumo, este ano deverá ofuscar parcialmente o mercado de linha branca, uma vez que anos de copa do mundo costumam estimular o consumo de televisores e outros produtos de linha marrom.

Mercado externo

No cenário externo, destaque para a aceleração de crescimento nos Estados Unidos. Apesar da polêmica em relação à dívida pública e a paralisação temporária de serviços públicos em outubro, o país encerra 2013 de maneira positiva com retomada de crescimento - representado principalmente pelos números do PIB e criação de novos postos de trabalho. O anúncio, por parte do *FED*, da redução de compra de ativos financeiros como forma de estimular a economia corrobora a expectativa positiva para 2014.

A União Europeia apresentou conjuntura mais estável se comparada ao ano anterior, mas com previsão de crescer cerca de 1,4% em 2014. No entanto, a região ainda enfrenta desafios como o desemprego que, apesar de estável, mantém-se em patamares elevados. Tanto Alemanha, motor da zona do Euro, quanto Itália e Espanha tem previsão de crescimentos modestos.

A China, que teve crescimento de 7,7% em 2013, o mesmo do ano anterior e o pior desde 1999, deve seguir estável em 2014. Com queda nas exportações, maior alavanca da economia chinesa, e um plano de reformas lançado pelo governo, o desempenho deve se virar para o mercado doméstico gradualmente.

Dentre os impactos do cenário externo para a nossa indústria destaque para a depreciação do real em relação ao dólar, encerrando 2013 em R\$2,34/US\$.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

2. MERCADOS

O setor de eletrodomésticos sofreu leve contração ao longo do ano de 2013, impactado pela conjuntura econômica do país, volatilidade do câmbio e inflação próxima ao teto da meta, contribuindo também a redução dos incentivos fiscais (IPI) concedidos pelo governo. O mercado de compressores seguiu a tendência do mercado de refrigeração. Na Europa a demanda se comportou de forma mais estável que em 2012, mas ainda seguiu estagnada. Houve impactos na China e no Brasil em função do fim dos incentivos governamentais.

Sempre acompanhando as tendências, e trabalhando para atender as altas expectativas de nossos consumidores, em 2013 a Companhia lançou no mercado nacional cerca de 160 produtos das marcas Brastemp e Consul, destacando a nova linha de refrigeradores Bem Estar Consul com a gaveta Horta em casa, a nova linha de fogões Brastemp, além do novo ar-condicionado portátil Consul Facilite.

3. RESULTADOS

Resultado das Operações

No ano de 2013, a receita líquida de vendas da Whirlpool S.A. consolidado totalizou R\$9.335 milhões (R\$8.458 milhões em 2012), representando crescimento de 10,37% em relação ao ano anterior. O resultado do exercício após participação em sociedades controladas e coligadas e antes dos impostos foi de R\$1.025 milhões (R\$824 milhões em 2012), equivalente a 10,98% da receita líquida de vendas (9,74% em 2012).

Lucro Líquido e Dividendos

O lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 alcançou R\$813 milhões (R\$606 milhões em 2012), equivalente a R\$0,54 por ação (R\$0,40 em 2012).

Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 25 de outubro de 2013, conforme disposição estatutária, foi autorizado o pagamento de dividendos, relativos aos lucros disponíveis em Reservas de Lucros, conforme balanço levantado em 30 de junho de 2013, no montante de R\$543.453.

4. AÇÃO CORPORATIVA E RESPONSABILIDADE

Desenvolver produtos e processos cada vez mais sustentáveis, considerando os fatores social, econômico e ambiental de forma responsável. É assim que a Whirlpool S.A. conduz suas atividades.

Em 2013, a Companhia deu continuidade a todas as atividades de responsabilidade social e sustentabilidade já reportadas nos anos anteriores, mantendo a publicação do Relatório de Sustentabilidade referente a 2012, seguindo a metodologia GRI – *Global Report Initiative*, padrão global de referência para comunicação da sustentabilidade empresarial, que está disponível no site da Companhia.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Ações de Responsabilidade Social

Comprometimento Social

Instituto Consulado da Mulher

O Instituto Consulado da Mulher é uma ação social da marca Consul que oferece assessoria a mulheres de baixa renda e pouca escolaridade. O objetivo é que, com sua atividade empreendedora, elas possam gerar renda e proporcionar melhores condições de vida a elas e suas famílias.

O Consulado da Mulher conta com uma metodologia própria de assessoria a empreendimentos populares, reconhecida pela Fundação Banco do Brasil e Unesco como uma tecnologia social, replicável, eficaz e que entrega os resultados aos quais se propõe.

Desde sua fundação, em 2002, o Consulado já beneficiou mais de 32 mil pessoas.

Em 2013, o Consulado da Mulher foi selecionado pelo Women Entrepreneur Americas e recebeu US\$ 59.660,00 para investir em suas ações. O WE Americas é um programa do departamento de estado dos Estados Unidos que apoia pequenos e médios negócios pertencentes a mulheres.

Investimento Social

Em 2013, 33.862 crianças e adolescentes foram beneficiados por ações de investimento social da Companhia no Brasil, Itália, Eslováquia, Estados Unidos, L e México. Isto representa um crescimento de mais de 10% quando comparado ao ano anterior.

Ao longo do ano, os voluntários prestaram mais de 9.500 horas de serviço nas comunidades globalmente. Deste total, cerca de 16% vieram do Dia Global do Voluntariado, um dia de ação transformadora onde os funcionários se reúnem e, juntamente com a comunidade, concretizam sonhos por meio do desenvolvimento de iniciativas que suprem demandas locais. Em 2013, foram envolvidos mais de 600 voluntários que beneficiaram 1.600 crianças e adolescentes. A média global de satisfação em 2013 foi de 92% e 94% por parte da comunidade e dos voluntários respectivamente.

Com 21 anos de existência, o Prêmio Embraco de Ecologia incentiva o desenvolvimento de projetos relacionados a educação ambiental e convida as escolas a incluir o tema no seu plano político-pedagógico. Em 2013, os projetos premiados seguiram, pela primeira vez, a metodologia Espaço Educador Sustentável, diretriz desenvolvida pelo Ministério da Educação (MEC) e reconhecida como política pública. O prêmio que está entre as Boas Práticas do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU, 2012), foi considerado destaque pelo prêmio Guia Exame de Sustentabilidade 2013, na categoria “Relação com a Comunidade”.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Ações de Sustentabilidade

Comprometimento Ambiental

A atuação da Companhia se pauta pelo atendimento às necessidades de seus consumidores com ética, inovação e transparência, oferecendo produtos e negócios com reduzido impacto ambiental. A diminuição do consumo de energia elétrica, gás, água e até mesmo de insumos, além da mitigação dos impactos sobre o meio ambiente, são características levadas em conta no desenvolvimento dos produtos da Companhia, da fase de elaboração dos projetos até seu lançamento.

Ações de Meio Ambiente

- Diminuição do consumo de água e energia e minimização de resíduos são estratégias aplicadas aos processos produtivos de eletrodomésticos.
- A partir de 2014, todas as plantas produtoras de compressores terão metas específicas para o consumo de água, energia elétrica, gás natural e para o envio de resíduos sólidos para aterro. O objetivo é, sistematicamente, melhorar a performance quanto ao consumo de recursos naturais e quanto ao impacto causado pela disposição final de resíduos.
- A Companhia concentra seus esforços de engenharia e design para colocar no mercado opções que sejam verdadeiramente úteis para consumidores e que tenham a melhor relação custo/benefício. Para isso, aplica, desde 2012, a ferramenta Design for Environment (DfE), que mensura o impacto do produto ao meio ambiente, desde o projeto até o seu descarte, pós-uso.
- Mesmo com o aumento da produção em 6% em 2013, a Companhia reduziu o consumo de energia em 1% e o de água em 10%, além de gerar 30% menos resíduos.
- Atualmente, 10% da fonte de água da Companhia é sustentável, via captação de água de chuva e sistemas de tratamento e reuso de efluentes. Este volume equivale ao necessário para abastecer as Unidades de São Paulo e Manaus juntas.
- Dando continuidade ao programa Resíduo Zero, a Unidade São Paulo eliminou o envio de resíduos para aterros industriais, em outubro de 2013. O mesmo ocorreu com as Unidades Manaus e Rio Claro, no ano anterior. A Unidade Joinville, a maior do País, deve atingir a meta até o fim de 2014.
- Em 2013, além de reconhecer as iniciativas de sustentabilidade de seus fornecedores no *Suppliers Day*, encontro anual com fornecedores diretos, a Companhia também certificou os seus sub-fornecedores da cadeia do aço, após cerca de dois anos de auditoria e acompanhamento.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- A Companhia reafirmou em 2013 seu compromisso com o Pacto Global. O Pacto é uma iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU).
- A edição 2012 do Relatório de Sustentabilidade não teve versões impressas e manteve as diretrizes do *Global Reporting Initiative* (GRI), principal padrão internacional de apresentação da sustentabilidade empresarial.
- Em 2013, a Whirlpool foi reconhecida pelo GHG Protocol por ser uma das Companhias que publicam o inventário de emissões de gases de efeito estufa (GEE) das suas operações no site da instituição, desde a sua fundação. O inventário de 2012 está disponível para consulta.

Cadeia de valor responsável

- Além do Código de Ética que orienta a conduta dos colaboradores ao se relacionar com públicos de interesse, a Companhia também se preocupa com o envolvimento da sua cadeia de valor e com o modo de atuação de seus fornecedores. Por isso, possui também o Código de Conduta do Fornecedor Whirlpool.
- O Código de Conduta para fornecedores foi relançado em 2008, como uma pré-condição para a efetivação de contratos de fornecimento. Por meio dele, as empresas parceiras concordam em desenvolver seus negócios e operações sem desvios éticos.
- O Código de Conduta dos Fornecedores foi assinado por mais de 90% dos fornecedores em todo o mundo. No Brasil, 100% assinaram o documento.
- Nos últimos dois anos, 14 sub-fornecedores da cadeia do aço foram auditados e orientados, de acordo com o Código de Conduta. Em 2013, todos foram reconhecidos por estarem de acordo com todos os termos do Código.
- Desde 2012, mantemos o programa de Excelência de Fornecedores, visando o desenvolvimento dos parceiros em sustentabilidade, nível de serviço, qualidade, custo e produto. Ao longo de 2013, equipes do Brasil, Europa e China passaram até cinco semanas nos fornecedores promovendo melhorias e compartilhando práticas. Redução de desperdícios, destinação de resíduo de aterro para reciclagem, melhorias de saúde e segurança, redução de emissões e promoção de direitos humanos foram algumas das mudanças promovidas pela área de sustentabilidade com os parceiros. Além disso, critérios socioambientais hoje fazem parte da definição da estratégia de negociação, monitoramento da cadeia e priorização de fornecedores.
- A Auto-avaliação Socioambiental, baseada no Código de Conduta, contemplou todos os fornecedores de materiais diretos das unidades de compressores, fundição e eletrônicos. A avaliação englobou temas como direitos sobre as relações de trabalho, controle sobre a cadeia produtiva e gestão de impactos ambientais. Tem por objetivo classificar o grau de aderência das práticas dos

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

fornecedores com os critérios sociais e ambientais do Código de Conduta, além de identificar possíveis riscos sociais e ambientais no grupo de fornecedores avaliados permitindo a definição de mecanismos de gerenciamento.

Logística Reversa

- Cerca de 550.000 compressores foram reciclados por meio do programa Top Verde. O programa consiste em recolher, desmontar e enviar para reciclagem as partes dos compressores de refrigeradores dos clientes. Cerca de 99% dos resíduos do compressor são tratados, gerando um descarte adequado de materiais como óleo, alumínio, cobre, aço e ferro fundido.

Pessoas

- Implantação de uma base de recursos humanos global, reunindo em um único sistema as informações de todos os colaboradores das unidades de compressores. O sistema permite ter a visualização em tempo real de posições e estrutura organizacional de todas as unidades e está conectado diretamente com o novo sistema de *assessment* que possui o perfil de todos os colaboradores administrativos, *Extraordinary Performance & Results (EP&R)*, *talent pool* (Prática de identificação de talentos) e sucessão.
- Em maio do ano passado foi realizado o lançamento da Academia de Liderança Embraco, que tem como principais objetivos:
 - desenvolvimento da liderança focada neste segmento de maneira estruturada e global;
 - preparar a liderança para desafios globais alinhados com a cultura da Companhia;
- O foco do conteúdo em 2013 foi voltado ao auto-conhecimento e construção do plano de desenvolvimento individual (PDI), com cerca de 400 líderes treinados em três diferentes países (China, Brasil e USA).
- Fábrica de Líderes: revisamos a carreira do nosso primeiro nível de liderança nas unidades de compressores (mais de 80% dos nossos colaboradores estão sob a liderança dos supervisores) deixando-a mais clara e transparente. Também criamos um programa específico de desenvolvimento para este público integrando todas as ferramentas de RH.
- Lançamento da Diretriz de Diversidade Global: em 2013 foi lançada a diretriz de diversidade em todas as unidades de compressores no mundo, que estabelece posicionamento, objetivos e parâmetros da Gestão de Diversidade & Inclusão, de forma a assegurar o alinhamento global sobre o tema, fortalecendo a cultura da Companhia e apoiando as estratégias da Organização.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- O programa *Behavior Based Safety* (BBS) encontra-se implementado há três anos em todas as unidades de produção de compressores e tem como objetivo reforçar os comportamentos seguros dos funcionários, consolidando uma cultura positiva de segurança. O objetivo é ter uma operação com zero acidentes com afastamento até 2015. Desde o início do programa, mais de 491.585 conversas positivas sobre segurança foram efetuadas, resultando na remoção de mais de 65% das barreiras identificadas para um comportamento mais seguro.

Inovação e Tecnologia

- A Companhia deu um passo importante para fortalecer a parceria público-privada em prol do desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica no Estado de Santa Catarina. Foi assinado em 2013 um aditivo ao convênio de parceria com a FAPESC que foi feito em 2010, para possibilitar a capacitação de mestres e doutores na Companhia.
- Em 2013, a Companhia foi considerada uma das três mais inovadoras do País pelo prêmio FINEP de Inovação, um dos principais do Brasil. Também foi considerada uma das dez empresas mais inovadoras do País pela revista Época ao receber o prêmio Best Innovator. As premiações são resultado de estudos, debates, desafios e experiências que envolvem inovação e tecnologia. É um reconhecimento ao time de pesquisadores e a toda a equipe de R&D da Companhia.
- Outra ação importante no último ano foi a aproximação com o SENAI de Joinville para desenvolvimento de projetos de inovação em parceria. A Companhia assinou o primeiro projeto voltado para inovação junto ao SENAI de Joinville através do edital de Inovação Nacional da entidade.
- Dada a relevância da Companhia dentro do cenário Estadual e Nacional, o Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Marco Antonio Raupp, e uma comitiva formada pelos principais nomes dos governos Federal e Estadual ligados ao tema da inovação, visitaram as unidades da Companhia em Joinville.
- **Tecnologia Auto-lubrificante**
Atendendo a demanda por eficiência energética, a Companhia desenvolveu a tecnologia Auto-lubrificante, uma solução estratégica para o aumento da durabilidade dos materiais de compressores com melhoria da lubrificação associada. A tecnologia utiliza a metalurgia do pó para criar uma liga metálica de alta resistência mecânica com fases distintas de sólidos na matriz. A ativação do lubrificante sólido na peça ocorre mediante o mínimo contato mecânico, gerando uma redução no coeficiente de atrito e consequente aumento na resistência ao desgaste entre os componentes. Devido ao menor atrito, os componentes passam a contribuir na eficiência do mecanismo, minimizando as perdas e consumos.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- **Reator de Plasma**
A Companhia oferece projetos de reatores a plasma customizados à demanda produtiva e aos requisitos de produto do cliente. Os reatores Embraco depositam as mais diferentes camadas (Nitretação, Oxinitretação, Oxinitrocementação, Nitrocementação, Carbonitretação, Oxicarbonitretação). A nitretação proporciona controle quanto à dureza e precisão das peças, além de diminuir a perda por desgaste e melhorar a resistência à corrosão. O processo de nitretação por plasma oferece também menor custo, por ser mais rápido, usar menores quantidades de produtos químicos, gerar menos refugos e necessidade de retrabalho, além de produzir uma camada densa, não porosa e muito dura.
- **Promoção Escolha Inteligente Embraco**
Em 2013, promovemos uma importante ação com nossos principais clientes de *Aftermarket* no Brasil. A promoção, a maior já realizada pela marca, ocorreu em 13 clientes (37 pontos de venda) e sorteou diversos prêmios entre microondas, tablet e uma moto 0km. O feedback dos clientes foi muito positivo, visto que a ação movimentou seus pontos de venda e contribuiu para o aumento de suas vendas.
- **Clube da Refrigeração**
A revista Clube da Refrigeração, mantida pela marca Embraco, contribui para a educação e atualização de mais de 52.000 leitores no Brasil e na América Latina. Agora, os leitores também podem contar com um novo portal (www.clubedarefrigeracao.com.br) desenvolvido em 2013, possui conteúdos exclusivos voltados aos técnicos refrigeristas, donos de revenda e balconistas. Após o lançamento do novo portal, houve um aumento de 266% no número de acessos em comparação ao antigo blog da revista e um aumento de 133% na taxa de retorno ao site.
- **Catálogo eletrônico**
Uma importante ferramenta de vendas foi redesenhada em 2013: o catálogo eletrônico. Além de estar totalmente alinhado com a nova identidade visual da marca Embraco, o novo catálogo eletrônico teve sua usabilidade redesenhada e melhorada, e é possível fazer comparações entre produtos, inclusive com itens que não estão mais disponíveis, o que facilita ao técnico refrigerista ou mesmo às montadoras o entendimento das diferenças técnicas entre os produtos.
- **Vídeo de troca de compressores**
Com o objetivo de contribuir na educação do mercado, a Embraco criou em 2013 o vídeo "Passo a passo - Troca de Compressores", o qual ensina o refrigerista todo o processo sobre a remoção de um compressor e a instalação de outro, incluindo os cuidados com a troca de gás, solda e processo de vácuo. O material está disponível no Youtube e é distribuído também a alguns clientes e técnicos em DVD.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Reconhecimentos obtidos pela Whirlpool S.A. em 2013:

- Pelo 17º ano consecutivo, esteve presente no Guia Você S/A das Melhores Empresas para Você Trabalhar, sendo uma das únicas empresas presentes no ranking desde a primeira edição.
- Reconhecida no prêmio Global RepTrak Pulse como uma das 50 empresas com melhor reputação, de acordo com o ranking elaborado pela Revista Forbes em conjunto com o Reputation Institute.
- Está entre as 25 melhores empresas no ranking *Great Place to Work*, da Revista Época, sendo a 15ª melhor empresa da categoria Brasil, evoluindo 10 posições em relação ao ano de 2012.
- Quinta colocada no ranking *Best Innovator*, segundo a revista Época Negócios e a consultoria AT Kearney.
- A Companhia está entre as mil Melhores e Maiores empresas do País, segundo a Revista Exame, sendo a 65ª colocada entre os maiores grupos empresariais do Brasil e a 1ª colocada no setor eletroeletrônico.
- Pela terceira vez premiada como umas das 20 empresas modelo em sustentabilidade, pelo Guia Exame de Sustentabilidade, sendo a melhor do setor eletroeletrônico.
- Em reconhecimento ao investimento da Companhia em inovação, recebeu o prêmio de Campeãs da Inovação (região Sul) e Top of Mind RS, promovido pela Revista Amanhã, com primeiro lugar no ranking geral e nas categorias Eletromecânica e Ar condicionado.
- Conquistou o primeiro lugar no prêmio Empresas Mais Inovadoras na Prestação de Serviços ao Cliente da revista Consumidor Moderno.
- Está presente na Revista Carta Capital, entre As Empresas Mais Admiradas no Brasil em 2013. A Whirlpool é vencedora na categoria Eletrodomésticos em todas as edições da publicação, há 16 anos.
- Reconhecida pela Revista Valor 1000, do jornal Valor Econômico, entre as mil maiores empresas brasileiras. A Whirlpool ocupa a 48ª posição no ranking geral e é campeã no setor de eletroeletrônicos.
- Foi eleita, pela sexta vez, a melhor empresa do ano no setor de eletrodomésticos, de acordo com o ranking As Melhores da Dinheiro, desenvolvido pela Revista IstoÉ Dinheiro.
- A Companhia esteve entre as 93 empresas que apresentaram o balanço dos inventários de emissão de gases do efeito estufa no evento do Programa Brasileiro

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

GHG Protocol. A Whirlpool foi uma das 16 empresas reconhecidas por reportar seu inventários desde a criação do site.

Brastemp

- Marca mais lembrada na categoria lavadoras pelo sétimo ano, de acordo com a premiação Top of Mind, promovida pelo jornal Folha de S.Paulo.
- Top Of Mind na categoria *Marcas que mais respeitam o Consumidor* e entre as Top 3 na categoria Meio Ambiente, na pesquisa Marcas dos Cariocas, promovida pelo jornal O Globo.
- Foi reconhecida como a marca mais lembrada na categoria refrigeradores, pela sétima vez, no prêmio Top of Mind internet, promovido pelo UOL e Datafolha.
- Foi eleita a Marca de Confiança dos consumidores brasileiros, segundo a Revista Seleções da Reader's Digest, na categoria Eletrodomésticos, pelo 12º ano consecutivo.
- Venceu, pelo terceiro ano, o Prêmio Design Museu da Casa Brasileira com o fogão Brastemp Active! Smart Cook e recebeu uma menção honrosa com a lavadora Brastemp Active! Smart Sensor.
- Conquistou o segundo lugar no prêmio *Idea Brasil*, na categoria Cozinha, com os refrigeradores Brastemp YOU.

Consul

- Marca mais lembrada na categoria refrigeradores pelo 23º ano, de acordo com a premiação Top of Mind, promovida pelo jornal Folha de S.Paulo.
- É Top Of Mind Rio Grande do Sul nas categorias ar condicionado e eletrodoméstico, e Top of Mind Paraná na categoria ar condicionado, pela Revista Amanhã.
- Foi reconhecida como a segunda marca mais lembrada na categoria refrigeradores, pelo prêmio Top of Mind internet, promovido pelo UOL e Datafolha.
- Conquistou o segundo lugar no prêmio *Idea Brasil*, na categoria Estratégia de Design, com o projeto de reposicionamento e nova identidade da marca.
- Segundo lugar no prêmio Marca de Confiança dos consumidores brasileiros, da Revista Seleções da Reader's Digest, na categoria Eletrodomésticos, pelo 12º ano consecutivo.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

5. RELACIONAMENTO COM AUDITORES

A auditoria das demonstrações financeiras é de responsabilidade da Directa Auditores.

No exercício de 2013, a Whirlpool S. A. utilizou serviços prestados pela Directa Auditores em conformidade com as regras de independência pelas normas brasileiras e internacionais de auditoria.

6. AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos parceiros, acionistas, colaboradores, clientes, fornecedores, instituições financeiras e outros que, por mais um ano, colaboraram para o desempenho da Companhia e que nos ajudam a, cada vez mais, superar as dificuldades impostas pelo mercado, em busca da lealdade de nossos consumidores.

A Administração

Fevereiro de 2014

Notas Explicativas

1. Contexto operacional

A Whirlpool S.A. (doravante denominada Companhia ou Whirlpool) é uma sociedade anônima, domiciliada em São Paulo, Capital, e suas ações são negociadas na BM&F Bovespa (sob códigos de negociação WHRL3 e WHRL4).

No Brasil, possui quatro unidades fabris e dois centros de distribuição. No exterior, possui duas unidades fabris na China, e um centro de distribuição na Argentina. Possui escritórios na Argentina, Chile, Peru e Estados Unidos.

A Whirlpool S.A. e suas controladas têm por objeto social:

- a) A industrialização, a comercialização, a importação, a exportação, a comissão, a consignação e a representação de:
 - i. produtos metalúrgicos, químicos, saneantes domissanitários, elétricos e eletrônicos, outros bens de consumo, produtos alimentícios e, especialmente, máquinas e aparelhos de todos os tipos para uso doméstico e comercial, tais como, mas não limitados a: refrigeradores, congeladores, refrigeradores-congeladores, aparelhos de ar condicionado, fabricantes de gelo, fogões, lavadoras de pratos, trituradores de lixo, compactadores de lixo, aspiradores de pó, lavadoras, secadoras de roupas e fornos de micro-ondas; e
 - ii. compressores herméticos para refrigeração, motores elétricos; e
 - iii. máquinas, equipamentos, ferramentas, fundidos, componentes, peças, matérias-primas, insumos e óleo lubrificante acabado necessários à fabricação e venda dos produtos das Companhias.
- b) A prestação de serviços de manutenção, de instalação e assistência técnica, e de desenvolvimento de projetos relacionados aos produtos acima especificados.
- c) A compra e venda no mercado nacional de produtos adquiridos de terceiros, inclusive com a finalidade de realizar exportação para qualquer país.
- d) Armazém geral de produtos elétricos, eletrônicos, metalúrgicos, móveis e aparelhos eletrodomésticos, a guarda expedição, armazenagem e transporte de mercadorias e documentos, a locação de área, produtos e equipamentos e a prestação de serviços logísticos.

A emissão das presentes demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 19 de fevereiro de 2014.

2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras da controladora para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de contabilidade, exceto pela mensuração e registro dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo

Notas Explicativas

apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo a *International Accounting Standard Board* (IASB).

As demonstrações financeiras da controladora e consolidadas foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para demandas judiciais e administrativas. Os valores contábeis de ativos e passivos reconhecidos que representam itens objeto de *hedge* a valor justo que, alternativamente, seriam contabilizados ao custo amortizado, são ajustados para demonstrar as variações nos valores justos atribuíveis aos riscos que estão sendo objeto de *hedge*.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.1 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Companhia e das suas controladas, cuja participação percentual detida na data do balanço é como segue:

	Participação no capital social (%)				
	País sede	2013		2012	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Whirlpool Eletrodomésticos AM S.A.	Brasil	99,99	0,01	99,99	0,01
BUD Comércio de Eletrodomésticos Ltda.	Brasil	99,43	-	99,43	-
CNB Consultoria Ltda.	Brasil	99,99	-	99,99	-
Beijing Embraco Snowflake Compressor Co. Ltd.	China	66,92	-	66,92	-
Qingdao EECON Electronic Controls and Appliances Co. Ltd.	China	100,00	-	100,00	-
Ealing Compañía de Gestiones y Participaciones S.A.	Uruguai	100,00	-	100,00	-
Embraco North America, Inc.	Estados Unidos	-	100,00	-	100,00
LAWASA S.A.	Argentina	95,00	4,97	95,00	4,97
Whirlpool Argentina S.A.	Argentina	95,00	4,97	95,00	4,97
Whirlpool Puntana S.A.	Argentina	-	99,95	-	99,95
Whirlpool Chile Ltda.	Chile	99,99	0,01	99,99	0,01
Whirlpool Peru	Peru	-	100,00	-	100,00
Mlog Armazém Geral Ltda.	Brasil	100,00	-	100,00	-

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição ou constituição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.1 Base de consolidação--Continuação

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo.

Nas demonstrações financeiras da controladora, os investimentos nas empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

O resultado do período e cada componente dos outros resultados abrangentes são atribuídos aos controladores e aos não controladores. Perdas são atribuídas a participação de não controladores, mesmo que resultem em saldo negativo.

2.2 Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras da controladora e consolidada são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora. Cada controlada determina sua própria moeda funcional e naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do Real, as demonstrações financeiras são traduzidas para o Real na data do fechamento.

i. Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado, com a exceção das diferenças geradas por empréstimos em moeda estrangeira, relativas a um *hedge* efetivo contra investimentos líquidos em uma operação no exterior. Quando existem, essas diferenças são lançadas diretamente no patrimônio líquido até a alienação do investimento líquido, quando são reconhecidas na demonstração do resultado. Encargos e efeitos tributários atribuídos à variação cambial nestes empréstimos são também reconhecidos no patrimônio líquido.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2 Conversão de moeda estrangeira--Continuação

i. Transações e saldos--Continuação

Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado.

ii. Empresas do grupo

Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio da data das transações. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido. No momento da venda de uma controlada no exterior, o valor diferido acumulado reconhecido no patrimônio líquido, referente a essa controlada no exterior, é reconhecido na demonstração do resultado.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento normalmente se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.4 Contas a receber, líquidas

São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perda do valor recuperável – créditos de liquidação duvidosa, se necessária. As contas a receber de clientes no mercado externo são atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data de encerramento do balanço. A provisão para perda do valor recuperável é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia e das suas controladas não serão capazes de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O cálculo da provisão é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, considerando a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas.

2.5 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor.

Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

- Matérias primas - custo de aquisição segundo o custo médio.
- Produtos acabados e em elaboração - custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal, mas excluindo custos de empréstimos.

2.6 Impostos

Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.6 Impostos--Continuação

Imposto de renda e contribuição social correntes--Continuação

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração avalia periodicamente a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto de renda e contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas a investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado, e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.6 Impostos--Continuação

Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

- sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que o originou, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal com o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.6 Impostos--Continuação

Impostos sobre vendas--Continuação

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntamente com o valor dos impostos sobre vendas.
- o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas, quando aplicáveis:

Impostos e Contribuições	Alíquotas
PIS	1,65%
COFINS	7,60%
ISS	5,00%
ICMS (Estado de São Paulo e Santa Catarina)	18% e 17% respectivamente
ICMS - operação interestadual *	12,00%
ICMS - operação interestadual **	7,00%
ICMS - operação interestadual ***	4,00%
ICMS - operação SP x SP ****	7,00% Fogões / 7,00% Lavadoras / 7,00% Secadoras
IPI (incidência por categoria de produto) *****	4,00% Fogão / 5,00% Fogão Elétrico / 10,00% Refrigeração / 10,00% Lavanderia
INSS*****	1%
* ICMS - operação interestadual – origem da operação São Paulo e Santa Catarina para Estados situados na região Sul/Sudeste com exceção do Estado de Espírito Santo que se enquadra na alíquota da operação discriminada abaixo	
** ICMS - operação interestadual – origem da operação São Paulo e Santa Catarina para Estados situados na região Norte e Nordeste	
*** ICMS - operação interestadual – Produtos importados conforme Resolução do Senado Federal 13/12	
**** ICMS - operações dentro do estado de São Paulo com os produtos listados acima com base reduzida com a carga tributária de 7% (Base Legal. Decreto 56.874/2011 e 56.893/2011)	
***** IPI – Produtos com redução na alíquota devido a classificação energética classe A. (Base Legal Decreto Nº.8.035/2013)	

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.6 Impostos--Continuação

Impostos sobre vendas--Continuação

*****Contribuição para o INSS - desoneração da folha de pagamentos - A Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, dentre outras alterações, desonerou a folha de pagamentos das empresas de diversos setores, modificando a base de cálculo do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), passando esse a incidir sobre a receita de alguns produtos beneficiados pela alíquota de 1%, a partir de agosto de 2012, o qual incidia anteriormente sobre a folha de pagamentos da Companhia pela alíquota de 20%. Em função das alterações promovidas pela referida lei, a Companhia entende que o INSS, quando aplicável e enquadrado nesta lei, passou a ser um tributo sobre vendas e, conseqüentemente, para fins de divulgação das informações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2013, a receita de vendas está apresentada líquida desse tributo.

2.7 Subvenções governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pela Secretaria do Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico (SEPLAN) e de que serão auferidas. Os benefícios, substancialmente da controlada Whirlpool Eletrodomésticos AM S.A., são: (i) redução de imposto de renda em 75% pelo prazo de nove anos, calculado sobre o lucro da exploração resultante de sua atividade industrial para a produção de condicionadores de ar de janela ou de parede de corpo único e fornos de micro-ondas, a partir do ano calendário 2004; (ii) redução de imposto de renda em 75% pelo prazo de dez anos, calculado sobre o lucro de exploração resultante de sua atividade industrial para a produção de fornos de micro-ondas (projeto de ampliação), a partir do ano calendário 2008; (iii) redução de imposto de renda em 75% pelo prazo de dez anos, calculado sobre o lucro de exploração resultante de sua atividade industrial para a produção de condicionador de ar de janela ou de parede com mais de um corpo *split system*, a partir do ano calendário 2009; (iv) crédito estímulo de 55% para fornos de micro-ondas e 100% para aparelhos condicionadores de ar tipo janela ou parede de corpo único e condicionador de ar com mais de um corpo *split system*, sobre o valor apurado a título do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), até 5 de outubro de 2023; (v) isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); e redução de 88% do Imposto de Importação sobre os insumos destinados à industrialização. Esses benefícios fiscais referem-se à redução de despesas e, portanto, são registrados como receita no resultado durante o período necessário para confrontar com a despesa que a subvenção governamental pretende compensar.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.8 Imobilizado

Bens do ativo imobilizado são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. Caso aplicável, o valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios de reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear, exceto para o grupo de máquinas e equipamentos, ao longo da vida útil do ativo, há taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

Taxas médias de depreciação anuais	
Edifícios	
Estruturas	2,50%
Benfeitorias	5%
Coberturas	6,67%
Instalações	6,67%
Máquinas e equipamentos	Unid. produzidas
Móveis e utensílios	10%
Veículos	20%
Informática	20%
Demais bens	10%
Imobilizado em andamento	n/a

A Companhia não segrega valor residual dos principais componentes de seu ativo imobilizado uma vez que ao final de suas vidas úteis não são esperados resultados positivos com sua alienação.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo, calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo, são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.9 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva, quando aplicável.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.9 Intangível--Continuação

Custos de pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com pesquisas são registrados como despesas quando incorridos e os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são capitalizados, se tiverem viabilidade tecnológica e econômica, e amortizados pelo período esperado de benefícios dentro do grupo de despesas operacionais.

Os custos de desenvolvimento de um projeto específico são reconhecidos como ativo intangível sempre que se puder demonstrar: (i) a viabilidade técnica de concluir o ativo intangível da forma que estará disponível para uso ou venda; (ii) a intenção de concluir o ativo e a habilidade de usar ou vender o ativo; (iii) como o ativo gerará benefícios econômicos futuros; (iv) a disponibilidade de recursos para concluir o ativo; (v) a capacidade de avaliar de forma confiável os gastos incorridos anualmente; e (vi) capacidade para usar ou vender o ativo intangível.

Patentes e licenças de software

As patentes foram concedidas para um período de 10 anos pela agência governamental competente com a opção de renovação no final do referido período. Licenças para o uso de propriedade intelectual são concedidas por períodos de 5 anos.

2.10 Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.10 Provisões--Continuação

Provisões para demandas judiciais e administrativas

As provisões são constituídas para todas as demandas judiciais e administrativas referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.11 Ações ordinárias e preferenciais, dividendos e lucro por ação

a) As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

b) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do dividendo mínimo obrigatório previsto no estatuto da Companhia somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembléia Geral.

Os juros sobre capital próprio são reconhecidos na demonstração de resultado conforme prevê a legislação tributária, todavia revertidos e classificados no patrimônio líquido para fins de atendimento às normas contábeis.

c) Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por Lote de mil ações – utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.12 Benefícios a empregados

A Companhia patrocina fundos de pensão de benefícios pós emprego (Nota 18) e assistência médica (Nota 19). As contribuições são determinadas em bases atuariais e são registrados pelo regime de competência. Os planos de benefícios são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, a fim de verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para formar a reserva necessária para ambos os compromissos atuais e futuros.

A Companhia opera planos de benefícios definidos de pensões que exigem contribuições a serem efetuadas aos fundos administrados separadamente, bem como os planos de pensões de contribuição definida.

O custo de proporcionar os benefícios no âmbito dos planos de benefício definido é determinado separadamente para cada plano, usando o método do crédito unitário projetado. Ganhos e perdas atuariais de planos de benefícios definidos são reconhecidos na íntegra, no exercício em que ocorrem em outros resultados abrangentes. Tais ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente em lucros acumulados e não são reclassificados para o resultado em exercícios seguintes. Os custos dos serviços passados são reconhecidos imediatamente após a introdução ou mudanças de um plano de aposentadoria.

O ativo ou passivo de benefícios definidos correspondem ao valor presente da obrigação de benefícios definidos, menos os custos do serviço passado e menos o valor justo dos ativos do plano a partir dos quais as obrigações devem ser liquidadas. Ativos do plano são os ativos que são detidos por um fundo de longo prazo do benefício do empregado ou apólices de seguro elegíveis. Os ativos do plano não estão disponíveis para os credores da Companhia, nem podem ser pagos diretamente à Companhia. O valor justo é baseado em informações de preços de mercado e, no caso dos títulos cotados, é o preço da oferta publicada. O valor de qualquer ativo de benefícios definidos reconhecido se restringe à soma de todos os custos do serviço passado e ao valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições do plano ou reduções em contribuições futuras para o plano.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.13 Remuneração com base em ações

A Whirlpool Corporation, controladora da Whirlpool S.A., opera dois planos de remuneração com base em ações, ambos liquidados com ações, segundo os quais a Companhia recebe os serviços dos empregados como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido (opções) da matriz. O valor justo dos serviços do empregado, recebidos em troca da outorga de opções, é reconhecido como despesa. O valor total a ser debitado é determinado mediante a referência ao valor justo das opções outorgadas, excluindo o impacto de quaisquer condições de aquisição de direitos com base no serviço e no desempenho que não são do mercado (por exemplo, rentabilidade, metas de aumento de vendas e permanência no emprego por um período de tempo específico). As condições de aquisição de direitos que não são do mercado estão incluídas nas premissas sobre a quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos. O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a entidade revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições de aquisição de direitos que não são do mercado. Esta reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no patrimônio.

2.14 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros em: (i) ativo e passivo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado, (ii) mantido até o vencimento, (iii) empréstimos e recebíveis e (iv) disponível para venda.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.14 Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros

São classificados entre as categorias abaixo de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos:

- a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Derivativos também são classificados como mantidos para negociação, exceto aqueles designados como instrumentos de hedge. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras. Os ativos financeiros classificados a valor justo são as operações com derivativos que não são objeto de *hedge*, quando estes apresentam ganhos, e caixa e equivalentes de caixa.
- b) Investimentos mantidos até o vencimento: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a Companhia tem intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Esse método utiliza uma taxa de desconto que quando aplicada sobre os recebimentos futuros estimados, ao longo da expectativa de vigência do instrumento financeiro, resulta no valor contábil líquido. Os juros, a atualização monetária, a variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras. A Companhia e as suas controladas não possuem itens classificados nessa categoria.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.14 Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

- c) Empréstimos (concedidos) e recebíveis: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, a atualização monetária, a variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras. A Companhia e as suas controladas possuem as contas a receber líquidas e outros créditos classificados nessa categoria.
- d) Disponíveis para venda: Ativos financeiros que não se qualificam nas categorias 2.14a. a 2.14c. acima. Na data de cada balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a atualização monetária e a variação cambial, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos, e as variações decorrentes da diferença entre o valor do investimento atualizado pelas condições contratuais e a avaliação ao valor justo são reconhecidas no patrimônio líquido na conta de ajustes de avaliação patrimonial enquanto o ativo não for realizado, sendo reclassificadas para o resultado após a realização, líquida dos efeitos tributários. A Companhia e as suas controladas não possuem itens classificados nessa categoria.

Passivos financeiros

São classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

- a) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem passivos financeiros usualmente negociados antes do vencimento, passivos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos, exceto aqueles designados como instrumentos de *Hedge*. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a atualização monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Os passivos financeiros classificados a valor justo são as operações com derivativos que não são objeto de *hedge*, quando estes apresentam perdas.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.14 Instrumentos financeiros--Continuação

Passivos financeiros--Continuação

- b) Passivos financeiros não mensurados ao valor justo: passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, a atualização monetária e a variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos. A Companhia e as suas controladas possuem as contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos classificados nessa categoria.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia e suas controladas não efetuaram reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros.

Operações de *hedge*

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros, compromissos firmes não reconhecidos, transações altamente prováveis ou investimentos líquidos em operações no exterior, e que sejam: (i) altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato (efetividade entre 80% e 125%); (ii) possuir identificação documental da operação, do risco objeto de *hedge*, do processo de gerenciamento de risco e da metodologia utilizada na avaliação da efetividade; e (iii) considerados efetivos na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados e contabilizados como operações de *hedge* de acordo com sua natureza, quais sejam:

- Como *hedge* de valor justo são classificados os instrumentos financeiros derivativos que se destinem a compensar riscos decorrentes da exposição à variação no valor justo do item objeto de *hedge*. Os itens objeto de *hedge* e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período;
- Como *hedge* de fluxo de caixa são classificados os instrumentos financeiros derivativos que se destinem a compensar variações no fluxo de caixa futuro estimado da entidade. Os itens objeto de *hedge* e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados da seguinte forma: (i) a parcela efetiva de ganho ou perda com o instrumento de

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.14 Instrumentos financeiros--Continuação

Operações de *hedge*--Continuação

hedge é reconhecida na conta de ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido; e (ii) a parcela não efetiva do ganho ou perda com o instrumento de *hedge* é reconhecida diretamente no resultado do período.

Valor de mercado: o valor de mercado dos instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados organizados é determinado com base nos valores cotados no mercado na data de fechamento do balanço. Na inexistência de mercado ativo, o valor de mercado é determinado por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de transações de mercado recentes entre partes independentes, referência ao valor de mercado de instrumentos financeiros similares, análise dos fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação.

2.15 Ativos não circulantes mantidos para venda

Os grupos de ativo não circulante classificados como bens destinados a venda são mensurados com base no menor valor entre o valor contábil e o valor justo, deduzido dos custos para vender. Os grupos de ativo não circulante são classificados como destinados a venda se seus valores contábeis forem recuperados por meio de uma transação de venda, em vez de por meio de uso contínuo. Essa condição é considerada cumprida apenas quando a venda for altamente provável e o grupo de ativo ou de alienação estiver disponível para venda imediata na sua condição atual.

Uma vez classificados como destinados a venda, os ativos não são depreciados ou amortizados, mas sim avaliados para determinar se há perda no seu valor recuperável.

2.16 Reconhecimento de receitas

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.16 Reconhecimento de receitas--Continuação

todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.17 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.18 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Pelas análises e julgamentos efetuados, a conclusão da Administração é de que não é necessária a constituição de uma provisão para redução ao valor recuperável de seus ativos não financeiros.

2.19 Investimentos em sociedades controladas

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método de equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, sendo contabilizados no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada.

A participação societária no resultado da controlada é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia.

Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.19 Investimentos em sociedades controladas – continuação

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

2.20 Informações por segmento

Os segmentos operacionais são definidos como componentes de uma entidade para os quais estão disponíveis as informações financeiras individuais ou separadas, as quais são revisadas pelo gestor da entidade que é responsável pela tomada de decisões operacionais e estratégicas, de forma individual ou em grupo, incluindo decisões sobre alocação de recursos para um segmento individual e na avaliação de desempenho do segmento.

A Whirlpool S.A. é uma entidade legal que faz parte do consolidado da América Latina da Whirlpool Corporation, na qual o tomador de decisão gerencia a região como um todo. Devido ao fato de que as decisões são tomadas com base no resultado do consolidado da América Latina, não são preparadas informações individuais por sociedade, produto ou outra segmentação para que o tomador de decisão as revise regularmente e, portanto, não há decisões sobre os recursos a serem alocados a segmentos distintos da Companhia em conformidade com o CPC 22 (IFRS 8). Desta forma, informações por segmento não são fornecidas.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.21 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2013

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB e CPC com vigência a partir de 1º de janeiro de 2013:

- IAS 1 (R) / CPC 26(R1) – Apresentação das Demonstrações Financeiras
- IAS 19 (R) / CPC 33(R1) – Benefícios a Empregados
- IAS 28 (R) / CPC 18(R2) – Investimentos em Coligada e em Controlada
- IFRS 7 (R) / CPC 40(R1) – Instrumentos Financeiros: Divulgação
- IFRS 10 / CPC 36(R3) - Demonstrações Financeiras Consolidadas
- IFRS 11 / CPC 19 (R2) - Empreendimentos Conjuntos
- IFRS 12 / CPC 45 - Divulgações de Participações em Outras Entidades
- IFRS 13 / CPC 46 – Mensurações do Valor Justo

As novas normas, alterações e interpretações de normas acima mencionadas, que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2013, não geraram nenhum impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.22 Pronunciamentos emitidos mas que não estão em vigor em 31 de dezembro 2013

Listamos a seguir as normas emitidas que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia. Esta listagem de normas e interpretações emitidas contempla aquelas que a Companhia de forma razoável espera que produzam, ou não, impacto nas divulgações, situação financeira ou desempenho mediante sua aplicação em data futura. A Companhia pretende adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor.

IFRS 9 Instrumentos Financeiros

A IFRS 9, como emitida, reflete a primeira fase do trabalho do IASB para substituição da IAS 39 e se aplica à classificação e avaliação de ativos e passivos financeiros conforme definição da IAS 39. O pronunciamento seria inicialmente aplicado a partir dos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, mas o pronunciamento Amendments to IFRS 9 Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures, emitido em dezembro de 2011, postergou a sua vigência para 1º de janeiro de 2015. Nas fases subsequentes, o IASB abordará questões como contabilização de hedges e provisão para perdas de ativos financeiros. A adoção da primeira fase da IFRS 9 terá impactos

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.22 Pronunciamentos emitidos mas que não estão em vigor em 31 de dezembro 2013--Continuação

IFRS 9 Instrumentos Financeiros--Continuação

na classificação e avaliação dos ativos financeiros da Companhia, mas não impactará na classificação e avaliação dos seus passivos financeiros. A Companhia quantificará os efeitos conjuntamente com os efeitos das demais fases do projeto do IASB, assim que a norma consolidada final for emitida.

IFRIC 21 Tributos

O IFRIC 21 clarifica quando uma entidade deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre. Para um tributo que requer que seu pagamento se origine em decorrência do atingimento de alguma métrica, a interpretação indica que nenhum passivo deve ser reconhecido até que a métrica seja atingida. O IFRIC 21 passa a vigorar para exercícios findos em ou após 1º de janeiro de 2014. A Companhia não espera que o IFRIC 21 tenha impactos materiais em suas demonstrações financeiras.

Não há outras normas, alterações de normas e interpretações que não estão em vigor que a Companhia espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da controladora e consolidada requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados que requeiram um ajuste relevante ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Notas Explicativas

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas -- Continuação

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Remuneração baseada em ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza

Notas Explicativas

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas -- Continuação

Impostos--Continuação

de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia e das suas controladas.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Benefícios de aposentadoria

O custo de planos de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data base.

A taxa de desconto adequada é definida com base em títulos privados de longo prazo cuja duração seja a mesma das obrigações existentes no plano. Atualmente no Brasil, não existe um mercado específico de referência para títulos privados. Por este motivo, a Companhia utiliza como parâmetro títulos do governo denominados Nota do Tesouro Nacional, de categoria B (NTN-B), pois a Administração julga que este é o título que reflete de forma mais adequada a taxa de desconto a ser utilizada no longo prazo.

Notas Explicativas

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas -- Continuação

Benefícios de aposentadoria--Continuação

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade utilizadas pelo mercado. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Ativos tangíveis

O tratamento contábil do investimento em ativos fixos tangíveis inclui a realização de estimativas para determinar o período de vida útil para efeitos de sua depreciação e o valor justo na data de aquisição, em particular os bens classificados como máquinas e equipamentos. A determinação das vidas úteis requer estimativas em relação ao volume de unidades produzidas. A Administração analisa periodicamente o desempenho das unidades geradoras de caixa a fim de identificar possível desvalorização dos ativos.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia ou controlada têm uma obrigação presente como consequência de um evento passado, cuja liquidação requer uma saída de recursos que é considerada provável e que pode ser estimada com confiabilidade. Essa obrigação pode ser legal ou tácita, derivada de, entre outros fatores, regulamentações, contratos, práticas habituais ou compromissos públicos que criam perante terceiros uma expectativa válida de que a Companhia e suas controladas assumirão determinadas responsabilidades. A determinação do montante da provisão está baseada na melhor estimativa do desembolso que será necessário para liquidar a obrigação correspondente, tomando em consideração toda a informação disponível na

Notas Explicativas

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas -- Continuação

Provisões--Continuação

data de encerramento, incluída a opinião de peritos independentes, como consultores jurídicos.

Devido as incertezas inerentes às estimativas necessárias para determinar o montante das provisões, os desembolsos reais podem ser diferentes dos montantes reconhecidos originalmente com base nas estimativas realizadas.

4. Despesas por natureza

As demonstrações de resultado da Companhia são apresentadas por função. A seguir demonstramos o detalhamento das despesas por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Custos de matérias-primas e materiais indiretos	3.973.762	3.705.425	5.302.443	4.765.624
Outros custos	427.777	528.608	980.791	1.057.515
Outras despesas e receitas	342.271	298.982	443.700	373.056
Depreciação e amortização	131.959	129.281	161.287	158.014
Despesas com pessoal	1.187.909	1.098.671	1.378.386	1.232.167
	6.063.678	5.760.967	8.266.607	7.586.376
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	5.184.494	4.943.351	7.185.190	6.584.815
Despesas com vendas e distribuição	453.162	430.225	565.229	546.130
Despesas administrativas	295.860	294.180	352.157	350.587
Outras despesas operacionais, líquidas	130.162	93.211	164.031	104.844
	6.063.678	5.760.967	8.266.607	7.586.376

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Caixa e bancos	90.430	32.032	430.524	251.630
Certificados de depósitos bancários	357.012	96.748	540.987	125.931
	447.442	128.780	971.511	377.561

Os equivalentes de caixa são integralmente compostos por Certificados de Depósitos Bancários - CDBs de bancos de primeira linha indexados à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários - CDIs. As taxas pactuadas remuneravam esses investimentos em aproximadamente 95,0% a 101,8% das taxas dos respectivos CDIs, com prazos de vencimento variáveis, porém resgatáveis a qualquer momento.

Notas Explicativas**6. Contas a receber, líquidas**

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Clientes nacionais	434.381	446.207	937.394	1.095.750
Clientes no exterior	189.829	212.487	254.439	238.973
Saques cambiais de exportação	(172.363)	(178.037)	(172.363)	(178.037)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(30.002)	(19.426)	(43.646)	(29.765)
Ajuste a valor presente	(8.428)	(5.089)	(15.792)	(15.154)
	413.417	456.142	960.032	1.111.767

A seguir apresentamos os montantes a receber de clientes nacionais e no exterior, por idade de vencimento, em 31 de dezembro de 2013 e 2012:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
A vencer	545.755	590.510	1.072.679	1.217.022
Títulos Vencidos				
de 1 a 60 dias	38.376	43.113	61.492	77.708
de 61 a 180 dias	9.188	9.465	11.827	14.039
de 181 a 360 dias	7.729	7.972	14.667	12.241
mais de 360 dias	23.162	7.634	31.168	13.713
	624.210	658.694	1.191.833	1.334.723

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Saldo no início do exercício	19.426	17.575	29.765	25.185
Complemento de provisão no exercício (+)	14.818	9.541	19.924	15.824
Valores baixados da provisão (-)	(4.242)	(7.690)	(6.043)	(11.244)
Saldo no final do exercício	30.002	19.426	43.646	29.765

Notas Explicativas

7. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Produtos acabados (ao custo ou valor realizável)	206.535	184.682	425.847	362.547
Matérias-primas e componentes (ao custo)	224.924	200.765	374.007	308.493
Importações em andamento e outros (ao custo)	199.256	147.134	391.950	261.381
Provisão para perdas	(4.210)	(5.668)	(10.444)	(12.785)
Ajuste a valor presente	(16.225)	(10.719)	(33.596)	(23.090)
Total dos estoques ao custo ou valor realizável, dos dois o menor	610.280	516.194	1.147.764	896.546

A movimentação da provisão para perdas é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2012	5.705	9.517
(+) Complemento de provisão no exercício	9.255	14.251
(-) Valores baixados da provisão	(9.292)	(10.936)
Ajustes de conversão	-	(47)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	5.668	12.785
(+) Complemento de provisão no exercício	7.777	10.421
(-) Valores baixados da provisão	(9.235)	(12.343)
Ajustes de conversão	-	(419)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	4.210	10.444

A Companhia não possui estoques oferecidos como garantia de processos judiciais.

8. Impostos a recuperar e antecipados

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
IRPJ antecipado	25.735	19.200	34.959	22.887
ICMS a compensar	89.632	52.294	113.194	82.186
IPI a compensar	3.892	5.043	3.900	5.052
COFINS a compensar	1.895	3.660	1.972	3.763
PIS a compensar	578	958	595	980
IRRF a compensar	4.328	8.322	26.172	24.090
REINTEGRA a compensar (i)	10.446	9.848	10.446	9.848
Outros	4.830	4.209	13.978	10.741
	141.336	103.534	205.216	159.547
Ativo circulante	114.626	75.331	178.013	130.770
Ativo não circulante	26.710	28.203	27.203	28.777

- (i) REINTEGRA - Regime especial de reintegração de valores tributários para as empresas exportadoras, é um incentivo fiscal para as pessoas jurídicas produtoras que efetuem exportações de bens manufaturados constantes do Anexo Único ao Decreto 7.633/2011, poderá apurar valor para fins de ressarcir parcial ou integralmente o resíduo tributário existente na sua cadeia de produção.

Notas Explicativas

9. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos foram constituídos considerando as alíquotas vigentes e têm a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Imposto de renda diferido ativo sobre:				
Prejuízos fiscais	33.682	64.101	50.505	73.329
Provisões temporariamente não dedutíveis	152.490	137.208	184.872	164.324
Hedge, ajuste a valor presente e depreciação de imobilizado por unidades produzidas	5.960	2.229	8.229	7.035
Plano de previdência privada e de assistência médica	15.325	25.014	15.325	25.014
Total imposto de renda diferido	207.457	228.552	258.931	269.702
Contribuição social diferida ativa sobre:				
Bases negativas	12.724	23.599	14.846	26.351
Provisões temporariamente não dedutíveis	54.896	49.649	62.646	54.817
Hedge, ajuste a valor presente e depreciação de imobilizado por unidades produzidas	2.146	803	2.492	1.193
Plano de previdência privada e de assistência médica	5.517	9.005	5.517	9.005
Total contribuição social diferida	75.283	83.056	85.501	91.366
Ativo fiscal diferido	282.740	311.608	344.432	361.068
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos sobre:				
Hedge, ajuste a valor presente e depreciação de imobilizado por unidades produzidas	(17.966)	(14.283)	(18.919)	(14.283)
Outros	-	(7.101)	-	(7.101)
Passivo fiscal diferido	(17.966)	(21.384)	(18.919)	(21.384)
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, líquido	264.774	290.224	325.513	339.684

De acordo com a Instrução CVM nº 371/02, a Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros determinada em estudo técnico aprovado pela Administração, reconheceu créditos tributários sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, que não possuem prazo prescricional. O valor contábil do crédito fiscal diferido é revisado anualmente pela Companhia e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação à previsão inicial da Administração. O prazo previsto para realização integral destes créditos é de até 2 anos.

Notas Explicativas

9. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos-- Continuação

Foram registrados no resultado do exercício os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Variação no:				
Imposto de renda corrente	(66.311)	(87.223)	(144.654)	(134.398)
Imposto de renda diferido	(18.686)	(21.329)	(14.094)	(24.631)
Imposto de renda corrente e diferido	(84.997)	(108.552)	(158.748)	(159.029)
Variação na:				
Contribuição social corrente	(25.374)	(33.511)	(44.287)	(39.331)
Contribuição social diferida	(6.904)	(7.750)	(1.403)	(8.750)
Contribuição social corrente e diferida	(32.278)	(41.261)	(45.690)	(48.081)

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória 627 (MP 627) que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT.

A Companhia preparou um estudo dos potenciais efeitos da aplicação da MP 627 e IN 1.397 e concluiu que não resultam em efeitos relevantes em suas operações e em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, baseada na nossa melhor interpretação do texto corrente da MP. A possível conversão da MP 627 em Lei pode resultar em alteração na nossa conclusão. A Companhia aguarda a definição das emendas à MP 627 para que possa optar ou não pela sua adoção antecipada no exercício fiscal 2014.

Notas Explicativas**9. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos--**
Continuação

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada a seguir:

	Controladora			
	2013		2012	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado contábil antes dos impostos	930.022	930.022	756.080	756.080
Juros sobre o capital próprio	-	-	(74.035)	(74.035)
	930.022	930.022	682.045	682.045
Diferenças permanentes:				
Equivalência patrimonial	(307.454)	(307.454)	(183.196)	(183.196)
Ajuste preço de transferência	28.833	28.833	2.896	2.896
Créditos – Prêmio de IPI	(240.856)	(240.856)	(76.180)	(76.180)
Pagamento baseado em ação	8.655	8.655	9.955	9.955
Valor anistiado – (Nota 16.2 d)	(71.013)	(71.013)	-	-
Outras	(8.199)	10.457	(1.312)	22.932
Base de cálculo	339.988	358.644	434.208	458.452
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Sub total	(84.997)	(32.278)	(108.552)	(41.261)
Total	(84.997)	(32.278)	(108.552)	(41.261)

A conciliação dos tributos lançados aos resultados não está sendo apresentada na forma consolidada em virtude de determinadas empresas controladas estarem sujeitas a diferentes alíquotas de imposto de renda vigentes nos respectivos países onde as empresas operam.

Notas Explicativas

10. Partes relacionadas

A empresa holding Whirlpool do Brasil Ltda., detém o controle da Companhia com 50,25% do capital. Indiretamente, a Whirlpool S.A tem como sua investidora final a Whirlpool Corporation, com sede nos Estados Unidos da América.

A Companhia, com base em sua estratégia, efetua transações tanto operacionais quanto financeiras com suas partes relacionadas.

As transações operacionais possuem uma política global determinada por sua matriz que estabelece prazos e datas específicas para pagamentos e recebimentos.

As transações financeiras são submetidas pela área financeira ao departamento jurídico, após análise da: i) disponibilidade de recursos e caixa da Companhia, observados seus índices de liquidez; ii) a rentabilidade oferecida com instituições de primeira linha e; iii) a segurança oferecida pela transação. O departamento jurídico por sua vez avalia as condições formais, submete a operação para deliberação do Conselho de Administração ou Diretoria, conforme alçada prevista no estatuto social e implementa a execução do respectivo contrato, se a operação tiver sido aprovada pelos órgãos da administração.

Os mútuos entre empresas relacionadas foram firmados tendo como pressuposto a existência de uma rentabilidade atrativa para a Whirlpool S.A. e com a finalidade de financiar o capital de giro necessário a manutenção das operações das empresas mutuárias. As operações e negócios da companhia com partes relacionadas seguem padrões e juros praticados usualmente pelo mercado e são acordados de tal forma a garantir uma rentabilidade adequada à Whirlpool S.A., mantendo, no mínimo, equivalência com tais condições usualmente praticadas no mercado, de forma a não prejudicar os acionistas não controladores.

Notas Explicativas**10. Partes relacionadas--Continuação**

	Ativo			
	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Controladoras				
Whirlpool do Brasil Ltda.	218.693	182.622	218.693	182.622
Whirlpool Canada Holding Company	1.087.808	1.240.591	1.087.808	1.240.591
Whirlpool Corporation	2.591	2.064	10.768	29.495
Controladas				
Embraco North America	199.973	206.589	-	-
MLOG Armazém Geral Ltda.	254.830	199.941	-	-
Whirlpool Eletrodomésticos AM S.A.	7.283	33.715	-	-
Whirlpool Chile Ltda – Santiago	11.816	10.213	-	-
Whirlpool Argentina S.A.	22.824	16.106	-	-
BUD Comércio de Eletrodomésticos Ltda.	427.289	189.241	-	-
Beijing Embraco Snowflake Compressor Co Ltd.	23.347	20.573	-	-
EECON China	194	-	-	-
Whirlpool Peru	645	447	-	-
Outras partes relacionadas				
Embraco Europe	58.718	83.235	59.754	104.150
Whirlpool China Investment Co. Ltd	1	226	30.921	26.458
Industrias Acros Whirlpool	392	-	9.950	-
Embraco Luxemburgo	26.927	-	170.802	141.523
Outras	11.860	22.325	24.909	23.943
Total	2.355.191	2.207.888	1.613.605	1.748.782
Ativo circulante	2.125.022	2.015.354	1.394.912	1.566.160
Ativo não circulante	230.169	192.534	218.693	182.622

Notas Explicativas**10. Partes relacionadas--Continuação**

	Passivo			
	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Controladora				
Whirlpool Corporation	6.489	3.985	24.570	7.084
Controladas				
Whirlpool Eletrodomésticos AM S.A.	377.496	402.515	-	-
BUD Comércio de Eletrodomésticos Ltda.	694.355	366.297	-	-
MLOG Armazém Geral Ltda	202.108	173.912	-	-
Embraco North America	14.280	11.628	-	-
EECON China	166	17	-	-
Whirlpool Argentina S.A.	11.029	89	-	-
Beijing Embraco Snowflake Compressor Co Ltd	832	11	-	-
Outras partes relacionadas				
Brasmotor S.A.	18.945	20.447	18.945	20.447
Whirlpool Comercial Ltda	25.163	20.724	25.163	20.724
Embraco Europe	10.371	6.374	18.543	19.500
Embraco Slovakia S.R.O.	1.588	2.767	1.690	2.792
Whirlpool Europe Srl	3.407	1.475	4.782	1.862
Whirlpool Properties, Inc	222	-	5.758	-
Whirlpool Of India Ltd	350	129	555	129
Whirlpool Norrkooping	1.478	-	1.478	-
Whirlpool Polska	1.743	1.345	1.743	1.345
Outras	6.105	2.519	10.756	3.237
Total	1.376.127	1.014.234	113.983	77.120
Passivo circulante	269.281	221.616	69.923	35.997
Passivo não circulante	1.106.846	792.618	44.060	41.123

Notas Explicativas

10. Partes relacionadas--Continuação

	Vendas			
	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Controladora				
Whirlpool Corporation	1.719	1.855	119.723	107.339
Controladas				
Embraco North America	275.500	279.185	-	-
BUD Comércio de Eletrodomésticos Ltda	321.460	321.836	-	-
Whirlpool Argentina S.A.	61.966	53.344	-	-
Beijing Embraco Snowflake Compressor Co Ltd	7.495	6.569	-	-
Whirlpool Peru	1.802	1.298	-	-
Whirlpool Chile Ltda	1.920	2.167	-	-
EECON China	252	434	-	-
Outras partes relacionadas				
Embraco Europe	119.239	152.059	228.433	230.007
Whirlpool Of India Ltd	3	-	744	-
Embraco Slovakia S.R.O.	23.322	18.332	28.210	21.846
Whirlpool Europe Srl	3.366	6.858	3.366	6.858
Whirlpool Mexico	69	-	69	-
Whirlpool Colombia	3.096	-	3.096	-
Whirlpool Southeast Asia Pte	526	-	526	-
Maytag Sales Corp US	3.466	11.012	3.466	11.012
Polar S.A.	692	-	692	-
Embraco Luxemburgo	25.038	16.165	25.188	16.218
Whirlpool Overseas Manufacturing	-	-	72.423	46.974
Industrias Acros Whirlpool	530	1.242	75.460	76.527
Outras	2.243	5.150	2.261	7.275
	853.704	877.506	563.657	524.056
	Compras e serviços contratados			
	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Controladora				
Whirlpool Corporation	25.399	41.153	39.492	41.153
Controladas				
MLOG Armazém Geral Ltda	197.949	176.608	-	-
Whirlpool Eletrodomesticos AM S.A.	3.688	-	-	-
Whirlpool Argentina S.A.	93	-	-	-
EECON China	276	-	-	-
Outras partes relacionadas				
Embraco Slovakia S.R.O	17.605	9.518	17.740	9.518
Embraco Europe	7	-	101.273	89.570
Whirlpool Europe s.r.l.	18.439	9.459	19.993	9.459
Whirlpool Norrkooping	7.189	2.826	7.189	2.826
Polar S.A.	6.510	-	6.684	-
Embraco Luxemburgo	1.437	-	156.579	-
Whirlpool Polska	-	3.724	-	3.724
Outros	16.678	-	23.852	-
	295.270	243.288	372.802	156.250

Notas Explicativas

10. Partes relacionadas--Continuação

Dos saldos a receber e a pagar acima apresentados, parte refere-se a operações de mútuo entre a Companhia e suas partes relacionadas, conforme detalhado a seguir.

Mútuos ativos e passivos

		Controladora		Consolidado	
	Taxas	2013	2012	2013	2012
<u>Ativo</u>					
Controladoras					
Whirlpool Canada Holding Company	Libor 3m+3,0% a.a.	1.087.559	1.240.591	1.087.559	1.240.591
Whirlpool do Brasil Ltda	102% CDI	218.560	182.622	218.560	182.622
Controladas					
Whirlpool Chile Ltda – Santiago	Libor 6m+0,5% a.a.	11.472	9.851	-	-
Total do Ativo		1.317.591	1.433.064	1.306.119	1.423.213
<u>Passivo</u>					
Controladas					
Whirlpool Eletrodomésticos AM S.A.	100% TR+0,5% a.a.	373.247	396.264	-	-
BUD Comércio de Eletrodomésticos Ltda.	102%CDI	689.015	355.231	-	-
Outras partes relacionadas					
Whirlpool Comercial Ltda	100% TR	25.163	20.724	25.163	20.724
Brasmotor S.A.	100% CDI	18.897	20.339	18.897	20.339
Total do Passivo		1.106.322	792.558	44.060	41.063

Os mútuos com partes relacionadas possuem cláusulas contratuais que permitem sua renovação automática por prazo mínimo de 90 dias, na ausência de notificação em contrário do mutuante. Para essas e demais transações com partes relacionadas não existem garantias e provisões para créditos de liquidação duvidosa.

Receitas/Despesas sobre Mútuo

Receitas/Despesas sobre Mútuo		Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
Ativo					
Controladoras					
Whirlpool Canada Holding Company	Receita de juros	41.892	47.493	41.892	47.493
Whirlpool do Brasil Ltda	Receita de juros	15.692	14.292	15.692	14.292
Controladas					
Whirlpool Chile Ltda – Santiago	Receita de juros	100	140	-	-
		57.684	61.925	57.584	61.785
Passivo					
Controladas					
Whirlpool Eletrodomésticos AM S.A.	Despesa de juros	2.658	1.511	-	-
BUD Comércio de Eletrodomésticos Ltda	Despesa de juros	38.111	12.522	-	-
Outras partes relacionadas					
Whirlpool Comercial Ltda	Despesa de juros	46	42	46	42
Brasmotor S.A.	Despesa de juros	1.480	1.323	1.480	1.323
		42.295	15.398	1.526	1.365

As despesas e receitas do quadro acima referem-se a todos os contratos abertos e encerrados no período.

Notas Explicativas

10. Partes relacionadas--Continuação

Remuneração com pessoal-chave da Administração

As despesas com os executivos da Administração da Companhia relativas aos doze meses findos em 31 de dezembro de 2013 foram de R\$16.539 (R\$17.763 em 31 de dezembro de 2012) como honorários, R\$11.149 (R\$12.531 em 31 de dezembro de 2012) como benefícios e R\$8.655 (R\$9.955 em 31 de dezembro de 2012) como remuneração baseada em ações.

11. Investimentos em controladas

	Participação				Informações da Controlada				
	Quantidade de Ações		No capital (%)						
	/Quotas								
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Votante	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita Bruta	
Whirlpool Eletrodomésticos AM S.A.	1.728.562.547	148.444.207	99,99	100,00	1.100.517	449.219	651.298	1.140.302	132.115
BUD Comércio de Eletrodomésticos Ltda	46.433.000	-	99,43	99,43	966.710	834.522	132.188	581.716	70.199
CNB Consultoria Ltda.	580.969	-	99,99	99,99	3.877	1.491	2.386	-	3.286
Qingdao EECON Electronic Controls and Appliances CO. Ltd. (a)	-	-	100,00	100,00	187.990	44.839	143.151	164.411	49.852
Beijing Embraco Snowflake Compressor Co. Ltd. (a)	-	-	66,92	66,92	719.109	378.013	341.096	662.733	23.044
LAWASA S.A.	5.190	-	95,00	95,00	22.548	15.359	7.189	8.432	3.938
Whirlpool Argentina S.A.	548.900	-	95,00	95,00	201.419	136.934	64.485	378.573	18.209
Whirlpool Chile Ltda.	5.833.000	-	99,99	99,99	31.656	22.649	9.007	49.664	(4.072)
Mlog Armazém Geral Ltda.	46.322.746	-	100,00	100,00	469.891	387.095	82.796	471.182	14.244
Ealing Compañía de Gestiones y Participaciones S.A.	49.250	-	100,00	100,00	21.210	19	21.191	-	5.782

(a) Para as Sociedades localizadas na República Popular da China não existem o sistema de subdivisão do capital social por quotas.

Notas Explicativas

11. Investimentos em controladas--Continuação

Movimentação dos investimentos

	Saldos em 31 de dezembro de 2012	Aquisição/ Integralização	Equivalência patrimonial 2013	Ganho (Perda) cambial em investimentos no exterior	Juros s/ capital próprio e dividendos distribuídos	Transf./ Outros	Saldos em 31 de dezembro de 2013	Equivalência patrimonial 2012
Whirlpool Eletrodomésticos AM S.A.	526.663	-	132.102	-	(7.532)	-	651.233	58.779
BUD Comércio de Eletrodomésticos Ltda	62.148	-	69.799	(512)	-	-	131.435	8.976
CNB Consultoria Ltda.	-	-	-	-	-	2.385	2.385	-
Qingdao EECON Electr. Controls and Appl. CO. Ltd.	73.605	-	49.852	19.694	-	-	143.151	35.857
Beijing Embraco Snowflake Compressor Co. Ltd.	206.773	-	15.421	36.773	(30.856)	151	228.262	21.510
LAWASA S.A.	3.845	-	3.741	(757)	-	-	6.829	2.045
Whirlpool Argentina S.A.	52.991	-	17.299	(9.030)	-	-	61.260	(4.214)
Whirlpool Chile Ltda	12.270	-	(4.072)	310	-	498	9.006	(5.849)
Mlog Armazém Geral Ltda.	68.552	-	14.244	-	-	-	82.796	36.921
Ealing Companiã de Gestiones y Participaciones S.A. (a)	-	-	-	-	-	21.191	21.191	-
Outros	5.419	-	-	-	-	-	5.419	-
	1.012.266	-	298.386	46.478	(38.388)	24.225	1.342.967	154.025
CNB Consultoria Ltda.	(901)	-	3.286	-	-	(2.385)	-	(1.488)
Ealing Companiã de Gestiones y Participaciones S.A. (a)	(17.198)	35.407	5.782	(2.800)	-	(21.191)	-	30.659
Total passivo a descoberto	(18.099)	35.407	9.068	(2.800)	-	(23.576)	-	29.171
	994.167	35.407	307.454	43.678	(38.388)	649	1.342.967	183.196

(a) Em 2013, a Whirlpool S.A. fez uma integralização de capital em sua controlada Ealing Companiã de Gestiones y Participaciones S.A., no valor de R\$35.407.

Notas Explicativas

12. Imobilizado

	Controladora					Total em operação	Imobilizado em andamento	Imobilizado total
	Terrenos e edifícios	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Informática			
Custo								
Saldos em 1º. de janeiro de 2012	234.864	1.897.388	100.432	450	66.373	2.299.507	54.066	2.353.573
Aquisições	-	-	-	-	-	-	125.410	125.410
Transferências	2.859	67.490	22.362	-	9.035	101.746	(101.746)	-
Alienação/baixa	(521)	(79.282)	(4.024)	(157)	(16.076)	(100.060)	-	(100.060)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	237.202	1.885.596	118.770	293	59.332	2.301.193	77.730	2.378.923
Aquisições	-	-	-	-	-	-	127.223	127.223
Transferências	4.405	84.674	25.249	-	8.337	122.665	(122.665)	-
Alienação/baixa	(1)	(39.502)	(1.577)	-	(490)	(41.570)	(355)	(41.925)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	241.606	1.930.768	142.442	293	67.179	2.382.288	81.933	2.464.221
Depreciação								
Saldos em 1º. de janeiro de 2012	(132.285)	(1.428.720)	(66.272)	(380)	(48.814)	(1.676.471)	-	(1.676.471)
Depreciação	(6.019)	(88.620)	(12.833)	(24)	(6.779)	(114.275)	-	(114.275)
Baixa da depreciação	521	76.088	4.011	111	15.495	96.226	-	96.226
Saldos em 31 de dezembro de 2012	(137.783)	(1.441.252)	(75.094)	(293)	(40.098)	(1.694.520)	-	(1.694.520)
Depreciação	(6.053)	(87.710)	(13.922)	-	(7.749)	(115.434)	-	(115.434)
Baixa da depreciação	1	35.135	1.549	-	482	37.167	-	37.167
Saldos em 31 de dezembro de 2013	(143.835)	(1.493.827)	(87.467)	(293)	(47.365)	(1.772.787)	-	(1.772.787)
Valor residual								
Saldos em 31 de dezembro de 2013	97.771	436.941	54.975	-	19.814	609.501	81.933	691.434
Saldos em 31 de dezembro de 2012	99.419	444.344	43.676	-	19.234	606.673	77.730	684.403
Taxas médias de depreciação anual	0 a 6,67%	Unidades produzidas	10%	20%	20%		-	

Notas Explicativas

12. Imobilizado--Continuação

	Consolidado							Imobilizado em andamento	Imobilizado total
	Terrenos e edifícios	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Informática	Demais bens	Total em operação		
Custo									
Saldos em 1º. de janeiro de 2012	263.397	2.241.334	106.765	3.345	74.042	14.263	2.703.146	61.210	2.764.356
Aquisições	-	-	-	-	-	-	-	152.639	152.639
Transferências	3.187	89.240	22.615	407	7.987	3.559	126.995	(126.995)	-
Alienação/baixa	(521)	(115.110)	(4.992)	(191)	(17.657)	(2.255)	(140.726)	-	(140.726)
Variação cambial	122	43.284	109	289	530	1.291	45.625	644	46.269
Saldos em 31 de dezembro de 2012	266.185	2.258.748	124.497	3.850	64.902	16.858	2.735.040	87.498	2.822.538
Aquisições	-	-	-	-	-	-	-	153.926	153.926
Transferências	5.927	98.902	26.042	165	11.324	1.610	143.970	(143.970)	-
Alienação/baixa	(1)	(43.226)	(1.597)	(117)	(1.267)	(609)	(46.817)	(355)	(47.172)
Variação cambial	(278)	49.141	249	585	890	3.167	53.754	(364)	53.390
Saldos em 31 de dezembro de 2013	271.833	2.363.565	149.191	4.483	75.849	21.026	2.885.947	96.735	2.982.682
Depreciação									
Saldos em 1º. de janeiro de 2012	(143.951)	(1.610.157)	(70.635)	(1.836)	(54.496)	(5.127)	(1.886.202)	-	(1.886.202)
Depreciação	(7.102)	(112.724)	(13.664)	(371)	(7.420)	(1.490)	(142.771)	-	(142.771)
Provisão para baixa de imobilizado	-	-	687	-	1.473	-	2.160	-	2.160
Baixa da depreciação	521	102.054	4.278	153	15.593	8	122.607	-	122.607
Variação Cambial	(148)	(29.352)	(82)	(183)	(460)	(597)	(30.822)	-	(30.822)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	(150.680)	(1.650.179)	(79.416)	(2.237)	(45.310)	(7.206)	(1.935.028)	-	(1.935.028)
Depreciação	(7.279)	(111.802)	(14.612)	(406)	(8.549)	(1.803)	(144.451)	-	(144.451)
Baixa da depreciação	1	38.603	1.569	104	1.170	309	41.756	-	41.756
Variação cambial	9	(19.541)	(155)	(359)	(566)	(1.271)	(21.883)	-	(21.883)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	(157.949)	(1.742.919)	(92.614)	(2.898)	(53.255)	(9.971)	(2.059.606)	-	(2.059.606)
Valor Residual									
Saldos em 31 de dezembro de 2013	113.884	620.646	56.577	1.585	22.594	11.055	826.341	96.735	923.076
Saldos em 31 de dezembro de 2012	115.505	608.569	45.081	1.613	19.592	9.652	800.012	87.498	887.510
Taxas médias de depreciação anual	0 a 6,67%	Unidades produzidas	10%	20%	20%	10%		-	

A depreciação reconhecida no exercício foi substancialmente apropriada ao custo dos produtos vendidos.

Notas Explicativas

13. Intangível

	Controladora			
	Patentes	Desenvolvimento de projetos	Softwares	Total
Custo				
SalDOS em 1º. de janeiro de 2012	39.111	7.250	35.196	81.557
Aquisições	4.594	-	15.709	20.303
Alienação/baixa	(1.034)	-	(13.211)	(14.245)
SalDOS em 31 de dezembro de 2012	42.671	7.250	37.694	87.615
Aquisições	7.114	-	13.672	20.786
Alienação/baixa	(42)	-	(52)	(94)
SalDOS em 31 de dezembro de 2013	49.743	7.250	51.314	108.307
Amortização				
SalDOS em 1º. de janeiro de 2012	(8.207)	-	(13.650)	(21.857)
Amortização	(3.931)	(3)	(11.072)	(15.006)
Baixa da amortização	991	-	12.741	13.732
SalDOS em 31 de dezembro de 2012	(11.147)	(3)	(11.981)	(23.131)
Amortização	(4.395)	-	(12.130)	(16.525)
Baixa da amortização	19	-	52	71
SalDOS em 31 de dezembro de 2013	(15.523)	(3)	(24.059)	(39.585)
Valor residual				
SalDOS em 31 de dezembro de 2013	34.220	7.247	27.255	68.722
SalDOS em 31 de dezembro de 2012	31.524	7.247	25.713	64.484

Notas Explicativas

13. Intangível--Continuação

	Consolidado					Total
	Patentes	Desenv. de projetos	Softwares	Transf. de tecnologia	Outros	
Custo						
Saldos em 1º. de janeiro de 2012	39.111	7.250	39.507	11.775	655	98.298
Aquisições	4.594	-	16.096	-	-	20.690
Alienação/baixa	(1.034)	-	(13.264)	(315)	-	(14.613)
Variação cambial	-	-	400	1.372	59	1.831
Saldos em 31 de dezembro de 2012	42.671	7.250	42.739	12.832	714	106.206
Aquisições	7.114	-	13.901	-	-	21.015
Alienação/baixa	(42)	-	(52)	(356)	-	(450)
Variação cambial	-	-	827	1.560	105	2.492
Saldos em 31 de dezembro de 2013	49.743	7.250	57.415	14.036	819	129.263
Amortização						
Saldos em 1º. de janeiro de 2012	(8.207)	-	(16.162)	(1.528)	-	(25.897)
Amortização	(3.931)	(3)	(11.309)	-	-	(15.243)
Baixa da amortização	991	-	12.792	-	-	13.783
Variação Cambial	-	-	(234)	(361)	-	(595)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	(11.147)	(3)	(14.913)	(1.889)	-	(27.952)
Amortização	(4.395)	-	(12.441)	-	-	(16.836)
Baixa da amortização	19	-	52	-	-	71
Variação cambial	-	-	(467)	361	-	(106)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	(15.523)	(3)	(27.769)	(1.528)	-	(44.823)
Valor residual						
Saldos em 31 de dezembro de 2013	34.220	7.247	29.646	12.508	819	84.440
Saldos em 31 de dezembro de 2012	31.524	7.247	27.826	10.943	714	78.254

As informações para cada classe de ativo intangível estão descritas a seguir:

Classificação	Descrição	Vida útil	Prazo de vida útil
Patentes	Registro de patentes em escritórios de patentes no Brasil e exterior referentes a inovações nos produtos.	definida	10 anos
Desenvolvimento de projetos	Gastos com desenvolvimento interno vinculados a inovações tecnológicas dos produtos.	indefinida	-
Softwares	Licenças de uso de softwares adquiridos.	definida	5 anos
Transferência de tecnologia	Gastos com desenvolvimento interno de tecnologia transferido para controlada.	indefinida	-

Notas Explicativas

14. Empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado		Garantias
	2013	2012	2013	2012	
Moeda nacional:					
FINEP (TJLP + 5,0% a.a.)	137.525	111.051	137.525	111.051	Fiança Bancária
Moeda estrangeira:					
Variação cambial e juros de 3,0% a 6,84% a.a.	368	493	944	493	
Total dos financiamentos	137.893	111.544	138.469	111.544	
Circulante	15.183	19.269	15.759	19.269	
Não circulante	122.710	92.275	122.710	92.275	

A principal fonte de financiamento para capital de giro e investimentos em ativos não circulantes da Companhia é sua própria geração de caixa operacional.

Para financiamento de investimentos, referente a projetos de desenvolvimento, a Companhia utiliza-se também de programas promovidos pela agência Financiadora de Estudos e Projetos, FINEP, empresa pública federal, vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, tendo sido celebrado contrato em 4 de dezembro de 2006, no montante de R\$20.000. Esse financiamento teve como objetivo custear, parcialmente, despesas incorridas na elaboração do projeto "Desenvolvimento de Soluções Tecnológicas para o Mercado de Refrigeração". Como garantias foram apresentadas à FINEP cartas de fianças emitidas por instituições financeiras previamente aprovadas pela mesma. O saldo devedor está sendo pago em 61 parcelas mensais e sucessivas, sendo que o vencimento da última parcela foi em 15 de dezembro de 2013.

Em 9 de outubro de 2008, a Whirlpool S.A. celebrou novo contrato de financiamento com a FINEP no montante de R\$100.000, disponibilizado em duas parcelas: R\$75.000 em 15 de novembro de 2008 e R\$25.000 em 20 de julho de 2009. Sobre o principal incide juros de 5% ao ano, a título de *Spread*, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP. Os encargos deste contrato serão limitados a 5,25% ao ano, de acordo com a equalização. Esse financiamento tem como objetivo custear, parcialmente, despesas incorridas na elaboração do projeto "Desenvolvimento de Soluções Tecnológicas e Capacitação do Quadro de Pesquisadores". Como garantias foram apresentadas à FINEP cartas de fianças emitidas por instituições financeiras previamente aprovadas pela mesma. O contrato contemplou período de carência de 20 meses onde foram considerados os encargos. O saldo devedor está sendo pago em 81 parcelas mensais e sucessivas sendo que o vencimento da primeira parcela ocorreu em 15 de junho de 2010 e as demais nos meses subsequentes, sendo o último vencimento em 15 de fevereiro de 2017.

Notas Explicativas

14. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Para financiar parte do investimento em inovação de eletrodomésticos e compressores com maior eficiência energética e sustentabilidade, a Companhia, celebrou, em 4 de dezembro de 2012, nova linha de crédito com a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP. O montante do financiamento é de R\$ 180.000, a ser disponibilizado em quatro parcelas de R\$ 42.250, sendo a primeira liberação em 20 de dezembro de 2012 e a segunda liberada em 14 de novembro de 2013. Sobre o principal incorrem juros remunerados a TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) mais 5% ao ano a título de *Spread*, reduzidos por equalização equivalente a TJLP ao ano, resultando em uma taxa de financiamento de 5% ao ano. O valor do principal do contrato será amortizado mensalmente em 61 prestações, subsequente ao período de carência de 24 meses. O pagamento de juros é mensal inclusive no período de carência.

Os financiamentos vencem como segue:

Ano	Controladora	Consolidado
2014	15.193	15.769
2015	32.616	32.616
2016	32.616	32.616
A partir de 2017	57.468	57.468
	137.893	138.469

15. Outros passivos

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Participações estatutárias	-	3.077	-	3.077
Juros sobre o capital próprio e dividendos propostos – (Nota 17.f)	1.996	2.745	1.996	2.745
Provisão para garantias	19.427	23.361	31.596	31.251
Programa de participação nos resultados	87.105	108.877	98.363	120.581
Adiantamentos de clientes	6.127	8.685	48.625	27.903
Contas a pagar – Antitruste, líquido do ajuste ao valor presente (i)	201.307	133.805	272.026	226.130
Contas a pagar – Suprema Corte Argentina – (Nota 16.1.c)	-	-	-	34.065
Outras provisões	80.241	82.825	162.457	166.354
Outras contas a pagar	30.661	52.161	80.108	81.479
	426.864	415.536	695.171	693.585
Circulante	401.775	377.211	627.341	593.655
Não circulante	25.089	38.325	67.830	99.930

(i) Vide comentário na Nota 16.1.a.

Notas Explicativas**16. Compromissos e demandas judiciais e administrativas**

A Companhia e suas controladas efetuam uma avaliação permanente dos riscos envolvidos em processos cíveis, trabalhistas e tributários que surgem no decorrer de suas atividades. Essa avaliação é efetuada com base nas informações disponíveis e nos fatores de riscos presentes em cada processo, incluindo a opinião dos assessores jurídicos, internos e externos, da Companhia e de suas controladas. Suportada por este processo de avaliação, a Administração constituiu provisão para contingências para as quais é provável que uma saída de recursos, envolvendo benefícios econômicos, seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação, como segue:

	Controladora		Consolidado	
Provisão para demandas judiciais e administrativas relacionadas a causas:	2013	2012	2013	2012
Cíveis	31.049	21.513	34.709	25.522
Trabalhistas	11.642	9.740	14.182	11.786
Tributárias	28.307	107.281	33.740	110.726
	70.998	138.534	82.631	148.034
Total passivo circulante	-	38.945	-	38.945
Total passivo não circulante	70.998	99.589	82.631	109.089

Abaixo estão demonstrados os depósitos judiciais vinculados e não vinculados a processos provisionados classificados no grupo de ativo não circulante.

	Controladora		Consolidado	
Depósitos judiciais	2013	2012	2013	2012
Cíveis	25.067	19.889	34.845	28.842
Trabalhistas	6.533	1.899	9.594	4.094
Tributários	85.006	87.746	97.531	101.622
	116.606	109.534	141.970	134.558

A movimentação das provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, é como segue:

	Controladora			
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldos em 1º. de janeiro de 2012	17.988	12.588	100.862	131.438
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	2.051	6.817	1.501	10.369
(-) Pagamentos	(1.060)	(10.386)	(100)	(11.546)
(+) Atualização monetária	2.534	721	5.018	8.273
Saldos em 31 de dezembro de 2012	21.513	9.740	107.281	138.534
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	7.673	13.424	107.557	128.654
(-) Pagamentos	(241)	(12.291)	-	(12.532)
(+) Atualização monetária	2.104	769	3.180	6.053
(-) Adesão anistia	-	-	(186.626)	(186.626)
(-) Transferência para contas a pagar	-	-	(3.085)	(3.085)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	31.049	11.642	28.307	70.998

Notas Explicativas**16. Compromissos e demandas judiciais e administrativas--Continuação**

	Consolidado			
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldos em 1º. de janeiro de 2012	22.414	19.117	104.363	145.894
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	3.065	6.284	1.421	10.770
(-) Pagamentos	(2.532)	(14.562)	(100)	(17.194)
(+) Atualização monetária	2.575	947	5.042	8.564
Saldos em 31 de dezembro de 2012	25.522	11.786	110.726	148.034
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	7.340	15.403	117.079	139.822
(-) Pagamentos	(241)	(13.717)	(796)	(14.754)
(+) Atualização monetária	2.088	710	2.622	5.420
(-) Adesão anistia	-	-	(192.763)	(192.763)
(-) Transferência para contas a pagar	-	-	(3.128)	(3.128)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	34.709	14.182	33.740	82.631

16 .1 Processos tributários, administrativos e cíveis

- a) Em fevereiro de 2009, a Companhia foi notificada pelas autoridades de Defesa da Concorrência sobre uma investigação relativa à indústria global de compressores.

A Companhia assinou acordos com Órgãos de Defesa da Concorrência do Brasil, Europa e Estados Unidos para encerrar as investigações sobre suposta violação da lei antitruste nesses mercados. Com base nesses acordos, a Companhia concordou em efetuar pagamentos no montante total de R\$375.214 (US\$161 milhões). Até 31 de dezembro de 2013, o valor total gasto destas contingências, incluindo honorários advocatícios, e outras despesas, é de R\$730.896 (US\$312 milhões). Em 31 de dezembro de 2013, R\$272.026 (US\$116 milhões) continuam provisionados, dos quais R\$110.604 (US\$47 milhões), serão pagos para os Órgãos de Defesa da Concorrência, em momentos variados, até 2015.

Desde que as investigações conduzidas pelo governo se tornaram públicas em fevereiro de 2009, a Companhia e outros fabricantes de compressores figuraram no pólo passivo em ações de antitruste que visam a recuperação de potenciais danos relativos a precificação de compressores durante certos períodos iniciados em 1996 ou em anos posteriores, propostas em várias jurisdições. Algumas ações já foram solucionadas e outras ainda continuam pendentes.

Notas Explicativas

16. Compromissos e demandas judiciais e administrativas--Continuação

16 .1 Processos tributários, administrativos e cíveis--Continuação

Em fevereiro de 2013, a Companhia assinou acordo com os compradores diretos na ação em curso nos EUA, tendo sido aprovado preliminarmente em 09 de janeiro de 2014, mas permanece sujeito à aprovação final da Corte. Referido acordo prevê o pagamento de até R\$70.278 (US\$30 milhões), valor este parcialmente contemplado no montante de R\$272.026 (US\$116 milhões) mencionado acima. Esse valor poderá ser reduzido caso parte dos compradores optem por não fazer parte do acordo. Referido acordo não abrange pedidos dos compradores diretos que optem por não permanecer no acordo, tampouco os compradores indiretos.

Outras ações judiciais continuam pendentes e novas ações semelhantes podem ser propostas por pretensos compradores ou outros autores.

A Companhia continua defendendo-se vigorosamente nas ações judiciais acima referidas, bem como adotando outras medidas para minimizar sua potencial exposição. O resultado final e impacto dessas questões, bem como das ações judiciais correlatas e das investigações que podem ocorrer no futuro, estão sujeitas a diversas variáveis e não podem ser presentemente estimadas. A Companhia constituiu provisões somente para aqueles casos avaliados como risco de perda provável e que o valor da perda pode ser razoavelmente estimado. Tais custos podem ter um efeito material na posição financeira, liquidez ou resultados operacionais futuros da Companhia.

- b) A Companhia recalculou o valor da contribuição social com base na Emenda Constitucional nº 33 de 11 de dezembro de 2001, a qual determina que “as contribuições sociais não incidirão sobre as receitas decorrentes de exportação”. O efeito acumulado decorrente da não tributação das receitas de exportação pela Contribuição Social totalizou R\$39.050, em valores originais. Parte deste valor, no montante de R\$29.676, foi objeto de contestação pela Receita Federal, sendo que a Companhia apresentou os recursos cabíveis.

Em 12 de agosto de 2010, o Supremo Tribunal Federal encerrou o julgamento do processo RE 564.413 (*leading case*) a respeito da aplicação de imunidade sobre receitas de exportação, prevalecendo, nesse caso, o entendimento de que a imunidade somente seria aplicada aos tributos incidentes diretamente sobre receitas de exportação.

Notas Explicativas

16. Compromissos e demandas judiciais e administrativas--Continuação

16.1 Processos tributários, administrativos e cíveis--Continuação

A partir da análise do acórdão publicado em 06/12/2010, os consultores jurídicos da Companhia avaliam que a probabilidade de perda é superior a 50%, em razão da baixa probabilidade de modificação da decisão proferida no RE 564.413. Com base nesse cenário, em 31 de dezembro de 2010, a Administração constituiu provisão, que acrescido de juros até 30 de setembro de 2013, totalizava R\$79.697.

Com a publicação da Lei 12.865/13 que reabriu o Programa de Anistia instituído pela Lei 11.941/09, a Companhia liquidou, com redução de multa e juros, o débito referenciado no parágrafo anterior. Veja detalhes no item 16.2 d.

- c) Em 14 de novembro de 2012, a Whirlpool Puntana, controlada indireta da Companhia, foi surpreendida por notificação da Suprema Corte Argentina acerca de decisão, definitiva e irrecorrível, em ação judicial tributária relativa à apuração de diferenças no pagamento de imposto de renda sobre juros em supostos empréstimos entre empresas do grupo. O valor da condenação foi integralmente provisionado em 30 de novembro de 2012, e em 31 de dezembro de 2012 totalizava R\$34.065 (ARS\$81.533).

Em 28 de janeiro de 2013, foi pago o valor de R\$32.884 (ARS\$82.313), que difere do montante provisionado em decorrência de variação cambial no período.

16.2 Programa de anistia

a) MP 470/09

Em outubro de 2009 foi publicada a Medida Provisória ("MP") nº 470/09 (redação atualmente prevista na Lei nº 12.249, publicada em 14/06/2010), instituindo o programa de anistia de débitos decorrentes do aproveitamento de créditos de IPI oriundos da aquisição de insumos tributados à alíquota zero. Usufruindo dos benefícios da MP, a Companhia, em 30 de novembro de 2009, apresentou requerimento à Receita Federal para pagamento de seus débitos a esse título, os quais, calculados considerando os benefícios da MP, totalizaram R\$52.433. Um ganho no valor de R\$76.886, relativo à multa e juros anistiados foi registrado em 2009 como outras receitas operacionais.

Notas Explicativas

16. Compromissos e demandas judiciais e administrativas--Continuação

16.2 Programa de anistia--Continuação

a) MP 470/09--Continuação

Esses débitos se referem às compensações efetuadas em 2004 com base em decisões favoráveis dos Tribunais Superiores sobre a questão e que foram objeto de autuação fiscal pela Receita Federal.

Em julho de 2012, a Receita Federal homologou parcialmente o pagamento efetuado pela Companhia com as reduções do Programa de Anistia instituído pela MP nº 470/09, em razão do questionamento dos prejuízos fiscais utilizados para quitação dos débitos. Em janeiro e abril de 2013, a Companhia recebeu execuções fiscais, refletindo ao valor do débito original, acrescido de juros e multas, que atualizado até 31 de dezembro de 2013 reflete o valor de R\$196.433.

A Companhia está vigorosamente defendendo sua posição. Com base em análise dos fatos, incluindo a opinião de nossos consultores jurídicos, a Companhia não provisionou qualquer valor para referido assunto em 31 de dezembro de 2013.

b) Lei 11.941/09

Ainda, por conta das condições favoráveis para quitação de débitos introduzidas pela Lei nº 11.941/09, a Companhia também apresentou, em 30 de novembro de 2009, requerimento à Receita Federal para pagamento de débitos tributários relativos a discussões de aumento da alíquota da COFINS, conforme disposto pela Lei 9.718 de novembro de 1998, e cobranças de débitos de Imposto de Renda, IPI e outros. Os débitos tributários líquidos dos benefícios auferidos com a anistia, totalizaram R\$44.209 (R\$45.282 no consolidado). Um ganho no valor de R\$36.772 (R\$37.054 no consolidado), relativo a multa e juros anistiados foi registrado em 2009 como outras receitas (despesas) operacionais líquidas.

Em abril de 2011, a Companhia apresentou as informações necessárias à consolidação dos débitos liquidados no âmbito do programa de anistia, previsto na Lei 11.941/09. Visando a referida consolidação, a Companhia, em 11 de abril de 2011, liquidou o débito referente a IPI e Outros, no montante de R\$ 9.940, englobando principal acrescido de juros e encargos.

Notas Explicativas**16. Compromissos e demandas judiciais e administrativas--Continuação****16.2 Programa de anistia--Continuação****c) Resumo dos impactos contábeis**

	Controladora					Mlog	Consolidado
	IPI Alíquota Zero	COFINS	IPI	Outros	Total	PIS / COFINS	Total
(=) Valor da provisão classificado em Impostos a recolher	82.489	43.137	-	-	125.626	-	125.626
(+) Ajuste da provisão	46.830	16.281	16.740	4.823	84.674	1.355	86.029
(-) Valor anistiado	(76.886)	(27.508)	(7.277)	(1.987)	(113.658)	(282)	(113.940)
(=) Valor da dívida	52.433	31.910	9.463	2.836	96.642	1.073	97.715
(-) Valor liquidado com prejuízo fiscal	(52.433)	(9.260)	(2.648)	(910)	(65.251)	(109)	(65.360)
(-) Pagamento efetuado	-	-	-	-	-	(964)	(964)
(=) Valor do passivo total em 31/03/2011	-	-	-	-	-	-	-
classificado em Impostos a recolher	-	22.650	6.815	1.926	31.391	-	31.391
(+) Ajuste da provisão	-	-	935	264	1.199	-	1.199
(-) Pagamento efetuado	-	-	(7.750)	(2.190)	(9.940)	-	(9.940)
(=) Valor do passivo total em 31/12/2013	-	-	-	-	-	-	-
classificado em Impostos a recolher	-	22.650	-	-	22.650	-	22.650
	MP 470/09	Lei 11.941/09					Total
	R\$52.433	R\$45.282					R\$97.715

d) Lei 12.865/13

Em 9 de outubro de 2013, foi publicada a Lei 12.865 que aprovou um programa especial de anistia, que permitiu o pagamento ou parcelamento de débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e os débitos para com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, vencidos até 30 de novembro de 2008, bem como os débitos para com a Fazenda Nacional, relativos ao IRPJ e CSLL, decorrentes da aplicação do art. 74 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, vencidos até 31 de dezembro de 2012, com redução de multas e juros.

Notas Explicativas**16. Compromissos e demandas judiciais e administrativas--Continuação****16.2 Programa de anistia--Continuação****d) Lei 12.865/13--Continuação**

Em dezembro de 2013, a Companhia aderiu ao programa e liquidou 16 discussões fiscais, com opção de pagamento em 30 parcelas a serem atualizadas pela taxa de juros Selic. Os impactos contábeis se dão como segue:

	Controladora					Controlada Whirlpool AM	Consolidado
	Débitos RFB - Previdenciário	Débitos RFB - Demais Débitos	Débitos PGFN - Previdenciário	Débitos PGFN - Demais Débitos	Total	Débitos PGFN - Demais Débitos	Total
(=) Valor da constituição de dívida	12.689	87.326	1.366	85.245	186.626	6.137	192.763
(-) Valor anistiado	(3.831)	(28.252)	(574)	(38.356)	(71.013)	(2.352)	(73.365)
(=) Valor da dívida	8.858	59.074	792	46.889	115.613	3.785	119.398
(-) Valor liquidado com depósito judicial	(329)	-	-	-	(329)	-	(329)
(-) Pagamento efetuado	(284)	(1.969)	(26)	(1.563)	(3.842)	(128)	(3.970)
(=) Valor do passivo total em 31/12/2013	8.245	57.105	766	45.326	111.442	3.657	115.099

O montante de R\$111.442 na controlada (R\$115.099 no consolidado) foram registrados na rubrica de Impostos, taxas e contribuições a pagar, sendo R\$45.921 no circulante (R\$47.434 no consolidado) e R\$65.521 no não circulante (R\$67.665 no consolidado).

16.3 Processos com risco de perda entre possível e remota

Adicionalmente, os seguintes assuntos relevantes vêm sendo discutidos pela Companhia na esfera judicial:

a) Crédito-Prêmio de IPI – Exportação

Em dezembro de 1996, a Companhia obteve decisão final favorável no processo judicial relativo ao direito ao crédito-prêmio vinculado às exportações, no âmbito do programa BEFIEX, relativas a todo o período em que o programa esteve em vigor, ou seja, de 14 de julho de 1988 até 13 de julho de 1998.

Notas Explicativas

16. Compromissos e demandas judiciais e administrativas--Continuação

16.3 Processos com risco de perda entre possível e remota--Continuação

a) Crédito-Prêmio de IPI – Exportação--Continuação

A União Federal ajuizou Ação Rescisória em dezembro de 1998, visando desconstituir a decisão que concedeu o direito ao crédito-prêmio de IPI no âmbito do programa BEFLEX. Em agosto de 2003, a Ação Rescisória foi julgada totalmente improcedente pelo Tribunal Regional Federal de Brasília.

A referida decisão, após julgamentos dos recursos impetrados pela União, transitou em julgado em dezembro de 2005, restando definitivo o reconhecimento do direito ao crédito-prêmio de IPI no âmbito do Programa BEFLEX pela Companhia.

Em novembro de 2008 foi proferida decisão aprovando a totalidade do valor do crédito apurado em liquidação, com base em laudo pericial e confirmado através das informações enviadas pelo Banco Central, Receita Federal e a Secretaria de Comércio Exterior.

Em março de 2009, a União apresentou recurso contra a decisão que aprovou o valor do crédito. Em maio de 2009, a Companhia contestou o recurso da União, pleiteando ao Tribunal a total improcedência das alegações da União.

Em dezembro de 2011, o Tribunal, por unanimidade de votos, negou provimento ao recurso da União.

Após esta decisão, a União apresentou mais 3 recursos (embargos de declaração, Recurso Especial e Recurso Extraordinário). Os embargos de declaração foram rejeitados em abril de 2012, e os Recursos interpostos para os Tribunais Superiores foram inadmitidos em outubro de 2012. Contra esta decisão a União Federal apresentou agravo de instrumento, que está pendente de julgamento.

Com base nas decisões obtidas no processo judicial e pareceres dos consultores jurídicos, a Companhia vem utilizando os créditos prêmio de IPI, na forma de redução do Imposto sobre Produtos Industrializados.

Nos períodos de doze meses findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os valores compensados foram de R\$240.856 e R\$76.180, respectivamente, na

Notas Explicativas

16. Compromissos e demandas judiciais e administrativas--Continuação

16.3 Processos com risco de perda entre possível e remota--Continuação

a) Crédito-Prêmio de IPI – Exportação--Continuação

forma de redução do Imposto sobre Produtos Industrializados, apropriados ao resultado como receitas de vendas para o exterior.

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo remanescente a ser realizado é de aproximadamente R\$154.499, que inclui R\$120.568 relativos a honorários de sucumbência.

Em dezembro de 2013 foi publicada a Resolução CJF nº 467 que reestabeleceu a aplicação do índice de correção monetária IPCA-E e substituição à TR em razão do julgamento da ADIN 4357, cujo julgamento relativo à modulação os efeitos ainda não foi concluído. O saldo remanescente do crédito prêmio de IPI sofrerá um aumento caso a decisão do STF confirme a aplicação retroativa do índice IPCA-E a julho de 2009.

b) Tributação da exportação incentivada - BEFLEX

Com base em decisão favorável proferida pela 8ª Câmara do 1º Conselho de Contribuintes, mediante Acórdão nº 108-07.564 que afastou a tributação do lucro das exportações em programa BEFLEX, e com base no Decreto nº 1219/72, a Companhia recalculou no exercício de 2004 o imposto de renda do período de 1994 a 1998 e a contribuição social do período de 1993 a 1998 recolhidos a maior. Os registros contábeis foram realizados naquele ano como segue (valores originais):

Imposto de renda

- 1.1 Constituição de crédito de IRPJ sobre o Lucro na Exportação-BEFLEX recolhido a maior de R\$19.200, em impostos a recuperar no Ativo Circulante; e
- 1.2 Registro ao resultado do exercício de R\$11.472 no grupo contábil de receitas financeiras e R\$7.728 no grupo de Provisão de Imposto de Renda;

Notas Explicativas

16. Compromissos e demandas judiciais e administrativas--Continuação

16.3 Processos com risco de perda entre possível e remota--Continuação

b) Tributação da exportação incentivada - BEFIEX--Continuação

Contribuição social

- 2.1 Constituição de crédito de CSLL sobre o Lucro na Exportação-BEFIEX recolhido a maior de R\$15.241, em impostos a recuperar no Ativo Circulante, e;
- 2.2 Registro no resultado do exercício de R\$8.716 no grupo contábil de receitas financeiras e R\$6.525 no grupo de Provisão de contribuição social.

Com relação à contribuição social, os referidos créditos de R\$15.241 foram objeto de contestação pela Receita Federal, sendo que a Companhia apresentou os recursos cabíveis no ano de 2004.

A Companhia recebeu autos de infração relativos à incidência de imposto de renda e contribuição social sobre os créditos BEFIEX compensados durante o período de 2000 a 2002 e de 2007 a 2011. A Companhia entende que os créditos BEFIEX não estão sujeitos à incidência de imposto de renda e contribuição social e vem vigorosamente defendendo esta posição em âmbito administrativo. Em julho de 2013 a Companhia foi intimada da decisão proferida em 1ª instância administrativa que manteve os créditos tributários cobrados no auto de infração relativo aos anos de 2007 a 2011. Contra esta decisão a Companhia interpôs recurso voluntário que aguarda julgamento.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, com base nas opiniões dos consultores jurídicos e tributários, a Companhia não provisionou qualquer valor para os referidos autos de infração. Em 31 de dezembro de 2013, a quantidade total de autuações fiscais pendentes relativas ao imposto de renda e contribuição social sobre os créditos BEFIEX, incluindo juros e multas, reflete o montante de R\$1.285.286 sendo que o total do auto de infração reflete o montante de R\$1.305.524 (R\$ 1.249.611 e R\$1.267.217 em 31 de dezembro de 2012). É inerente ao desenvolvimento desses processos a imprevisibilidade, não sendo possível estimar sua definitiva conclusão, durante o qual os valores relativos a essas autuações continuarão a ser corrigidos monetariamente pela taxa Selic.

Notas Explicativas

16. Compromissos e demandas judiciais e administrativas--Continuação

16.3 Processos com risco de perda entre possível e remota--Continuação

b) Tributação da exportação incentivada - BEFIEX--Continuação

Desta forma, eventual resultado desfavorável nesses processos pode ter um efeito material adverso sobre a situação financeira, liquidez ou resultados das operações da Companhia.

c) Lucro de controladas e coligadas sediadas no exterior

Em 2001 foi publicada Medida Provisória nº 2158 ("MP") que estabelece que os lucros gerados pelas sociedades com sede no exterior, controladas e coligadas de empresas brasileiras, devem ser tributados pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, independentemente de sua efetiva distribuição para as empresas controladoras brasileiras. A Companhia, e outras empresas brasileiras, vem se defendendo contra autos de infração relativos a essa tributação, com base na inconstitucionalidade dessa MP, dentre outros argumentos. Em abril de 2013, o Supremo Tribunal Federal julgou uma ação judicial da Companhia, ocasião em que decidiu pela constitucionalidade da referida MP e remeteu o processo para a instância inferior, para apreciação dos demais argumentos de defesa apresentados, tais como a existência de acordos para evitar bitributação firmados com países sede das empresas controladas e coligadas. Em 31 de dezembro de 2013, a exposição potencial da Companhia a título de imposto de renda e contribuição social incidentes sobre lucros de controladas e coligadas sediadas no exterior, incluindo juros e multa, deduzido o potencial crédito decorrente do imposto já pago no exterior, é de R\$75.340.

A Companhia acredita que essas autuações não se sustentam e vem defendendo suas posições vigorosamente. Com base na opinião de nossos consultores jurídicos e tributários, a Companhia não provisionou qualquer valor para referido assunto em 31 de dezembro de 2013.

d) Outras demandas judiciais e administrativas cíveis, trabalhistas e tributárias em andamento

Adicionalmente às provisões constituídas, a Companhia e as suas controladas possuem diversas demandas judiciais e administrativas cíveis, trabalhistas e tributárias em andamento, cujas probabilidades de perda, com base na opinião de consultores jurídicos internos e externos, são

Notas Explicativas

16. Compromissos e demandas judiciais e administrativas--Continuação

16.3 Processos com risco de perda entre possível e remota--Continuação

d) Outras demandas judiciais e administrativas cíveis, trabalhistas e tributárias em andamento--Continuação

consideradas possíveis, perfazendo o montante de R\$568.444 (R\$414.925 em 31 de dezembro de 2012).

Além disso, a Companhia está discutindo outros autos de infração lavrados pelas autoridades fiscais relacionadas a imposto de renda e outros tributos. Estas questões estão em vários estágios de revisão em inúmeros processos administrativos e judiciais. A Companhia rotineiramente analisa estas questões e avalia sua estimativa de perda com base na opinião dos consultores jurídicos. A Companhia acredita que essas autuações são infundadas e vem defendendo suas posições vigorosamente. É inerente ao desenvolvimento desses processos a imprevisibilidade, não sendo possível estimar quando ocorrerá a conclusão definitiva.

e) Fianças Bancárias

Como pratica comum no mercado brasileiro, a Companhia contratou junto a instituições financeiras, emissão de fianças bancárias e cartas de crédito. Estes contratos são principalmente associados a garantias oferecidas em discussões administrativas e judiciais referente a processos fiscais e obrigações habituais da Companhia em conformidade com a legislação local. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia tem em aberto aproximadamente R\$715 milhões (R\$610 milhões em 2012) relacionados a esses contratos.

16.4 Compromissos de garantia em operações de vendor

Como prática comum do mercado brasileiro, a Companhia disponibiliza, conforme sua política de crédito, a possibilidade de efetuar acordos com seus clientes através de operações de "vendor" junto a bancos comerciais, atuando de forma a garantir linhas de crédito.

Em caso de inadimplência do cliente, a Companhia garantirá a liquidação do saldo devedor com a respectiva devolução dos recebíveis. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o total do saldo em aberto nesta operação era, respectivamente, de R\$1.187.033 e R\$921.944.

Notas Explicativas

16. Compromissos e demandas judiciais e administrativas--Continuação

16.4 Compromissos de garantia em operações de vendedor--Continuação

A Companhia possui seguro contra risco de crédito para essas garantias sob condições normais de operação, através de uma política de compra de seguradoras de alta qualidade. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a cobertura máxima combinada de “stop-loss” fornecidos por essas políticas foram, respectivamente, de R\$330.000 e R\$180.000.

Como prática comum de mercado na República Popular da China, a Companhia, através de sua subsidiária Beijing Embraco Snowflake Compressor Co. Ltd negocia operações de desconto de “Bank Acceptance Drafts” (BAD) junto a instituições financeiras. De acordo com a legislação local, em situações específicas, essas operações possuem direito de recurso aos seus cessionários. Neste caso a subsidiária deve cumprir com a obrigação perante a instituição financeira e os BADs são devolvidos à Companhia.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não haviam valores em aberto nesta operação.

16.5 Compromissos de compra de longo prazo

A Companhia possui compromissos de compras não canceláveis, junto à seus fornecedores, com saídas de caixa esperadas, totalizando R\$104.687 em 2014, R\$85.949 em 2015, R\$74.489 em 2016, R\$33.477 em 2017, R\$33.477 em 2018 e R\$91.453 até o término do compromisso, sendo que 78% dos compromissos são vinculados a compra de energia elétrica.

16.6 Linha de crédito garantida

Em dezembro de 2013, a Companhia tinha disponível uma linha de crédito garantida, que oferece empréstimos de até R\$1.119.000, com algumas restrições sobre o montante disponível para cada saque. A linha de crédito não contém cláusulas financeiras restritivas ou garantias.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia não tinha empréstimos contraídos sob este contrato de crédito.

Notas Explicativas

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social, subscrito e integralizado, é representado por 1.502.786.006 ações escriturais, todas sem valor nominal, sendo 1.028.700.892 ações ordinárias e 474.085.114 ações preferenciais.

b) Reservas de capital

- i. *Reserva de pagamentos baseados em ações* – impactada pela despesa de R\$8.655 e R\$9.955, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, respectivamente.
- ii. *Incentivos fiscais* – representa os valores de aplicações em incentivos fiscais referente a exercícios anteriores. Não houve impacto em 2013.

c) Reservas de lucros

- i. *Reserva legal* - constituída em montante equivalente a 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital realizado atualizado.
- ii. *Retenção de lucros* - corresponde ao remanescente de lucro visando, principalmente, assegurar a manutenção e o desenvolvimento das atividades que compõem o objeto social da Companhia, realizar investimentos em ativo permanente e assegurar a manutenção do capital circulante.

d) Ajuste de avaliação patrimonial

- i. O montante referente ao Hedge compreende a parcela efetiva proveniente da variação líquida acumulada do valor justo de hedge de fluxo de caixa na medida em que o risco protegido ainda não impactou o resultado do exercício (Nota 23).
- ii. Ganhos e perdas atuariais - abrangem a diferença entre as estimativas (premissas) e o efetivamente ocorrido nos planos de previdência privada (Nota 18) e assistência médica (Nota 19) da Companhia.

e) Ajustes acumulados de conversão

A Companhia reconhece nessa rubrica o efeito das variações cambiais sobre os investimentos em controladas no exterior. Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento.

Notas Explicativas

17. Patrimônio líquido--Continuação

f) Juros sobre capital próprio e dividendos

Aos titulares de ações são atribuídos, em cada exercício, dividendos ou juros sobre o capital próprio não inferiores a 25% do lucro líquido. São destinados às ações preferenciais dividendos ou juros sobre o capital próprio em valor 10% superior àqueles destinados às ações ordinárias.

Os juros sobre capital próprio são computados tendo por base o patrimônio líquido, limitados à variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP vigente no período, podendo ser pagos ou creditados aos acionistas em montante limitado a 50% do lucro do exercício ou 50% das reservas de lucros relativas a exercícios anteriores.

Atendendo à legislação fiscal, os referidos juros são contabilizados como despesas financeiras. Para atender às práticas contábeis adotadas no Brasil e instruções da Comissão de Valores Mobiliários, estes juros são apresentados como distribuição do lucro líquido do exercício.

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 25 de outubro de 2013, aprovou a distribuição de dividendos intermediários, para todas as ações integrantes do capital social atual (beneficiando os acionistas que se acharam inscritos nos registros da Companhia em 25 de outubro de 2013, correspondente a 1.502.786.006 ações), da seguinte forma: (a) R\$0,35057 por ação, para todas as ações ordinárias; e (b) R\$0,38563 por ação, para todas as ações preferenciais, relativos aos lucros disponíveis em Reservas de Lucros, conforme balanço levantado em 30 de junho de 2013.

Notas Explicativas**17. Patrimônio Líquido--Continuação****f) Juros sobre capital próprio e dividendos--Continuação**

Os dividendos distribuídos foram computados no cálculo do dividendo mínimo obrigatório do exercício social de 2013.

O cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios segue demonstrado abaixo:

	2013	2012
Lucro líquido do exercício da controladora	812.747	606.267
Constituição da reserva legal (5%) – limitado a 20% do capital social	-	(16.417)
Lucro líquido ajustado	812.747	589.850
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	203.187	147.463
Distribuição dos juros sobre o capital próprio		
Juros sobre o capital próprio distribuídos para as ações ordinárias (R\$)	-	49.131
Juros sobre o capital próprio distribuídos para as ações preferenciais (R\$)	-	24.904
	-	74.035
Distribuição dos dividendos		
Dividendos distribuídos para as ações ordinárias (R\$)	134.842	48.729
Dividendos distribuídos para as ações preferenciais (R\$)	68.354	24.705
	203.196	73.434
Total de dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos	203.196	147.469
Quantidade de ações		
Ações ordinárias	1.028.700.892	1.028.700.892
Ações preferenciais	474.085.114	474.085.114
	1.502.786.006	1.502.786.006
Juros sobre o capital próprio distribuídos por ação		
Ações ordinárias	-	0,0478
Ações preferenciais	-	0,0525
Dividendo distribuídos por ação		
Ações ordinárias	0,1311	0,0474
Ações preferenciais	0,1442	0,0521

Notas Explicativas**17. Patrimônio líquido--Continuação****f) Juros sobre capital próprio e dividendos--Continuação**

A movimentação dos dividendos e juros sobre capital próprio é como segue:

	Controladora
Saldos em 1º. de janeiro de 2012	6.412
(+) Distribuição de dividendos do exercício	73.434
(+) Distribuição de juros sobre capital próprio	74.035
(+) Distribuição de dividendos de saldo de lucros retidos	172.285
(-) Pagamentos	(323.421)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	2.745
(+) Distribuição de dividendos do exercício	203.196
(+) Distribuição de dividendos de saldo de lucros retidos	340.257
(-) Pagamentos	(544.202)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	1.996

g) Lucro por ação*Básico e diluído*

O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício. Em 2013 e 2012 não houve emissão de novas ações para circulação aos acionistas.

	2013	2012
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	812.747	606.267
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	1.502.786	1.502.786
Lucro básico por ação	0,5408	0,4034

A Companhia não possui dívida conversível em ações nem opções de compra de ações concedidas no Brasil, desta forma, não há efeito de diluição.

18. Plano de previdência privada

A Companhia mantém plano de complementação de benefícios de aposentadoria (a seguir denominado "Plano"), administrado junto à entidade aberta de previdência privada. O Plano pode ser segregado em dois grupos distintos de participantes que recebem benefícios diferenciados, a saber:

Notas Explicativas

18. Plano de previdência privada--Continuação

a) Plano não fundadores

Em 31 de dezembro de 2013, participam 20.802 empregados e dirigentes (21.454 em 31 de dezembro de 2012) inscritos no Plano a partir de 1º de agosto de 1994. Em dezembro de 2002, a Companhia promoveu a alteração deste plano da modalidade de “benefício definido - BD” para “contribuição definida - CD”, resultando em um evento de liquidação antecipada do plano de benefício, cujos efeitos foram reconhecidos no resultado do exercício de 2002.

O custo do plano “CD” é compartilhado entre os participantes e a Companhia, podendo a parcela de contribuição da Companhia variar entre 50% e 200% da contribuição do participante, conforme tabela progressiva em função da faixa etária do empregado. A contribuição ao plano “CD” reconhecida no resultado do exercício da Companhia em 2013 foi de R\$13.038 (R\$12.215 em 31 de dezembro de 2012).

b) Plano fundadores

Em 31 de dezembro de 2013, participam 19 empregados e dirigentes (25 em dezembro de 2012) inscritos no Plano antes de 1º de agosto de 1994. Neste Plano, em que a modalidade é a de “benefício definido – BD”, os seguintes benefícios são oferecidos:

- Aposentadoria por tempo de serviço para os participantes contribuintes que se tornam elegíveis de acordo com os critérios do plano de benefícios – o benefício é equivalente a 85% do salário nominal indicado na proposta de inscrição menos o valor da pensão da aposentadoria pago pelo INSS;
- Aposentadoria por invalidez total e permanente – definido como 70% do valor do benefício de aposentadoria por tempo de serviço e pago de forma vitalícia;
- Pensão aos cônjuges – definido como 50% do valor do benefício de aposentadoria por tempo de serviço e pago de forma vitalícia;
- Pensão aos filhos – definido como 30% do valor do benefício de aposentadoria por tempo de serviço e pago até o filho mais jovem completar 21 anos de vida; e
- Benefício mínimo – renda mensal vitalícia de 10% do salário.

A Companhia contribui com 85% do custo total, acrescido da parcela do participante que exceder 8% do salário.

Notas Explicativas

18. Plano de previdência privada--Continuação

b) Plano fundadores--Continuação

Os métodos atuariais adotados são aqueles geralmente aceitos pela comunidade internacional de atuária, em particular, tendo sempre em vista o longo prazo previsto para a integralização dos compromissos. No estudo atuarial, efetuado por atuário independente na data-base de 31 de dezembro de 2013 e 2012, foram adotados o método atuarial de *Crédito Unitário Projetado* e as seguintes hipóteses econômicas e biométricas:

	2013	2012
Hipóteses econômicas (taxas nominais):		
Taxa de desconto	10,75% a.a	9,00% a.a
Taxa de rendimento nominal esperada sobre ativos do plano	10,50% a.a.	10,50% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários	6,85% a.a	7,20% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	4,75% a.a	5,10% a.a.
Taxa estimada de inflação de longo prazo	4,75% a.a	5,10% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral	UP94 geracional segregada por sexo Álvaro Vindas com 4 anos de agravamento	UP94 geracional segregada por sexo Álvaro Vindas com 4 anos de agravamento
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Fundadores: 6% a.a.	Fundadores: 6% a.a.
Taxa de rotatividade esperada		
Probabilidade de desligamento por iniciativa da empresa	100% dos desligamentos	100% dos desligamentos
Probabilidade de ingresso em aposentadoria	100% aos 60 anos	100% aos 60 anos

A conciliação dos ativos e passivos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é como segue:

	2013	2012
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	36.424	40.981
Valor presente das obrigações atuariais	36.424	40.981
Valor justo dos ativos do plano	(29.602)	(30.625)
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos do plano	6.822	10.356
Passivo atuarial líquido	6.822	10.356

Conforme permitido no parágrafo 93ª. do CPC 33, a Companhia adotou a política de reconhecer ganhos e perdas atuariais fora do resultado do exercício em Outros Resultados Abrangentes (ORA).

A movimentação do passivo atuarial líquido no exercício é como segue:

	2013	2012
Passivo atuarial líquido no início do exercício	10.356	19.456
Despesa reconhecida no resultado do exercício	1.409	2.986
Contribuições da patrocinadora vertidas no ano	(1.883)	(13.356)
Ganho/(Perda) reconhecido em outros resultados abrangentes	(3.060)	1.270
Passivo atuarial líquido no final do exercício	6.822	10.356

Notas Explicativas**18. Plano de previdência privada--Continuação****b) Plano fundadores--Continuação**

A movimentação no valor das obrigações do plano de previdência privada são as seguintes:

	2013	2012
Valor presente da obrigação no início do exercício	40.981	26.169
Custo do serviço corrente da patrocinadora	686	1.387
Juros sobre a obrigação atuarial	3.272	5.369
Contribuições dos empregados	329	515
Ganho/(perda) reconhecido em outros resultados abrangentes	3.709	8.931
Benefícios pagos pelo plano	(12.553)	(1.390)
Valor presente da obrigação no final do exercício	36.424	40.981

A análise de sensibilidade quantitativa em relação a hipóteses significativas em 31 de dezembro de 2013 é demonstrada abaixo:

Hipótese	Taxa de desconto	
	0,5% aumento	0,5 % redução
Nível de sensibilidade		
Impacto na obrigação	35.774	37.094

Os resultados mostrados acima foram preparados alterando apenas as hipóteses mencionadas em cada linha.

A movimentação no valor justo dos ativos do plano de previdência privada são as seguintes:

	2013	2012
Valor justo dos ativos no início do exercício	30.625	6.713
Retorno real dos investimentos	2.549	9.122
Contribuições pagas pela patrocinadora	1.883	15.799
Contribuições pagas pelos empregados	329	515
Benefícios pagos pelo plano	(12.553)	-
Outros ajustes	6.769	(1.524)
Valor presente da obrigação no final do exercício	29.602	30.625

Notas Explicativas**18. Plano de previdência privada--Continuação****b) Plano fundadores--Continuação**

A composição da despesa (receita) total reconhecida no resultado do exercício é como segue:

	2013	2012
Custo do serviço corrente	686	1.387
Juros sobre as obrigações atuariais	3.272	5.369
Rendimento dos ativos do plano	(2.549)	(3.770)
Despesa (receita) total reconhecida no resultado	1.409	2.986

A previsão da despesa total a ser reconhecida no resultado do exercício subsequente à data de encerramento das demonstrações financeiras é como segue:

	2014
Custo do serviço corrente	836
Juros sobre as obrigações atuariais	938
Despesa total a ser reconhecida no resultado do exercício seguinte	1.774

A forma como os ativos do plano está distribuída é demonstrada abaixo:

	2013	2012
Renda fixa	100%	100%

O montante total dos ativos do plano ao final de 2013 é de R\$29.602 (R\$30.625 em 2012).

Notas Explicativas

19. Plano de assistência médica

A Companhia oferece o plano de assistência médica que garante à manutenção de cobertura vitalícia exclusivamente ao grupo de empregados aposentados até 31 de dezembro de 2002 e seus beneficiários. Este grupo conta com 1.304 participantes (1.569 em dezembro de 2012) assistidos em gozo do benefício. As despesas decorrentes do benefício oferecido são suportadas integralmente pela Companhia e demais empresas patrocinadoras.

Os métodos atuariais adotados são aqueles geralmente aceitos pela comunidade internacional de atuária, pela legislação brasileira em geral e pelo CPC 33 (IAS 19), em particular, tendo sempre em vista o longo prazo previsto para a integralização dos compromissos. No estudo atuarial, efetuado por atuário independente na data de 31 de dezembro de 2013 e 2012, foram adotados o método atuarial de Crédito Unitário Projetado e as seguintes hipóteses econômicas e biométricas:

	2013	2012
Taxa de desconto nominal para obrigação atuarial	11,50% a.a	9,50% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre ativos no plano	N/A	N/A
Taxa de crescimento nominal dos custos médicos	10,75% a.a	11,00% a.a.
Taxa de aumento na utilização da assistência médica	3,00% a.a.	3,00% a.a.
Taxa estimada de inflação de longo prazo	4,75% a.a UP-94	5,10% a.a. UP-94
Tábua biométrica de mortalidade geral	Geracional	Geracional
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	IAPB-57	IAPB-57

A conciliação dos ativos e passivos é como segue:

	2013	2012
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	75.069	90.538
Valor presente das obrigações atuariais	75.069	90.538
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos do plano	75.069	90.538
Custo do serviço passado não reconhecido	-	(382)
Passivo atuarial líquido	75.069	90.156

A movimentação do passivo atuarial líquido no exercício é como segue:

	2013	2012
Passivo atuarial líquido no início do exercício	90.156	74.678
Despesa reconhecida no resultado do exercício	8.440	7.500
Contribuição da patrocinadora vertida no exercício	(4.218)	(4.446)
Ganho/(perda) reconhecido via ORA	(19.309)	12.424
Passivo atuarial líquido no fim do exercício	75.069	90.156

Notas Explicativas

19. Plano de assistência médica--Continuação

Conforme permitido no parágrafo 93^a. do CPC 33 (IAS 19), a Companhia adotou a política de reconhecer ganhos e perdas atuariais fora do resultado do exercício em Outros Resultados Abrangentes (ORA).

A análise de sensibilidade quantitativa em relação a hipóteses significativas em 31 de dezembro de 2013 é demonstrada abaixo:

Hipóteses Nível de sensibilidade	Taxa de desconto		Taxa de crescimento dos custos médicos	
	1% aumento	1% redução	1% aumento	1% redução
Impacto na obrigação	69.743	81.293	82.746	70.134

Os resultados mostrados acima foram preparados alterando apenas as hipóteses mencionadas em cada linha.

A despesa reconhecida no resultado de 2013 da Companhia no montante de R\$8.440 refere-se a juros sobre as obrigações atuariais e amortização de perdas atuariais e custo do serviço passado não reconhecidos.

A composição da despesa total reconhecida no resultado do exercício é como segue:

	2013	2012
Juros sobre as obrigações atuariais	8.440	7.500
Despesa total reconhecida no resultado do exercício	8.440	7.500

A composição da despesa total a ser reconhecida no resultado do exercício subsequente à data de encerramento das demonstrações financeiras é como segue:

	2014
Juros sobre as obrigações atuariais	8.459
Despesa total reconhecida no resultado do exercício seguinte	8.459

Notas Explicativas

20. Remuneração baseada em ações

O programa de Incentivo de Longo Prazo da Companhia garante o alinhamento dos executivos com a estratégia e os indicadores de desempenho de longo prazo. As concessões são feitas através da Whirlpool Corporation – Estados Unidos, controladora da Whirlpool S.A., onde o programa é registrado na SEC *Security Exchange Commission*. A concessão é feita anualmente, e possui um ciclo de 3 anos para ficar disponível, com o objetivo de retenção dos profissionais.

Opções de ações

Empregados elegíveis podem receber opções de ações como parte de sua remuneração. Essas opções são exercíveis ao longo de um período de 3 anos, prescrevendo após 10 anos da data da concessão. As referidas opções podem ser canceladas devido ao término do contrato de trabalho, exceto nos casos de morte, invalidez ou aposentadoria.

A controladora aplica o método *Black-Scholes* para mensurar o valor justo das opções de ações outorgadas aos empregados. As opções outorgadas possuem os preços de exercício equivalentes ao preço de mercado das ações ordinárias da Whirlpool Corporation na data da concessão. As principais premissas utilizadas na avaliação das opções são: (1) taxa de juros livre de risco - estimativa com base no rendimento de títulos do tesouro norte americano (*United States Zero Coupon Securities*) com vencimento similar ao prazo da opção; (2) expectativa de volatilidade - estimada com base na volatilidade histórica das ações ordinárias da Whirlpool Corporation, por um período comparável ao prazo da opção, e (3) prazo estimado das opções - estimativa baseada em dados históricos.

Com base no modelo de precificação utilizado, a média ponderada do valor justo das opções outorgadas em 2013 e 2012 foi de US\$34,30 e US\$19,52 respectivamente. As principais premissas utilizadas são como segue:

Premissas do cálculo da média ponderada pelo modelo Black-Scholes	2013	2012
Taxa de juros livre de risco	0,9%	0,9%
Expectativa de volatilidade	40,3%	40,2%
Expectativa de dividendos	1,8%	2,9%
Prazo de vida estimado das opções	5 anos	5 anos

Notas Explicativas**20. Remuneração baseada em ações--Continuação**Movimentação das opções de ações

O quadro abaixo apresenta a movimentação das opções de ações durante o exercício de 2013 e 2012:

	Número de opções (em milhares)	Média ponderada do preço de exercício (US\$)
Opções em aberto em 01/01/2012	288	67,51
Outorgadas	85	71,34
Exercidas	(59)	52,30
Perda do direito ou prescritas	(71)	67,50
Opções em aberto em 31/12/2012	243	72,54
Opções exercíveis em 31/12/2012	163	70,96

	Número de opções (em milhares)	Média ponderada do preço de exercício (US\$)
Opções em aberto em 31/12/2012	243	72,54
Outorgadas	40	111,33
Exercidas	(139)	73,92
Perda do direito ou prescritas	(8)	84,12
Opções em aberto em 31/12/2013	136	81,09
Opções exercíveis em 31/12/2013	55	66,87

O valor intrínseco das opções de ações em 2013 e 2012 foram US\$7 milhões e US\$2 milhões, respectivamente. Não houve benefício fiscal decorrente destas transações. O valor recebido das opções de ações exercidas em 2013 e 2012 foram de US\$11,8 milhões e US\$3 milhões, respectivamente. A média ponderada remanescente da cláusula contratual das opções de ações em 31 de dezembro de 2013 é de 7,1 anos (5,9 anos em 31 de dezembro de 2012).

Unidades de Ações Restritas - "Restricted Stock Units"

Empregados elegíveis poderão receber unidades de ações restritas ou unidades de ações com base no desempenho, como parte de sua remuneração.

As ações restritas são normalmente outorgadas em bases anuais a um grupo seleto de empregados em cargos gerenciais, cuja aquisição de direito dá-se ao longo de um período de 3 anos. Adicionalmente, ações restritas podem ser outorgadas a executivos selecionados como reconhecimento extraordinário ou em situações específicas de retenção, cuja aquisição de direito acontece em períodos que variam de 3 a 7 anos. Algumas destas concessões possuem direito a dividendos equivalentes a ações existentes (pagos na forma de ações adicionais) calculados com base nos dividendos efetivamente declarados sobre as ações ordinárias da Whirlpool Corporation. Estes prêmios são convertidos em ações ordinárias irrestritas após a conclusão do período de aquisição de direito.

Notas Explicativas

20. Remuneração baseada em ações--Continuação

Unidades de Ações Restritas - "Restricted Stock Units"--Continuação

Ações com base no desempenho são aquelas outorgadas aos executivos anualmente. A concessão final pode ser de 0-200% de uma meta baseada em índices de performance financeira pré-estabelecidos pela Whirlpool Corporation referentes ao exercício corrente. O direito adquirido dá-se após 2 anos subsequentes ao período de desempenho. O valor concedido é convertido em ações ordinárias irrestritas após a conclusão do período de aquisição de direito. O valor justo das ações em 2013 e 2012 foram de US\$3,9 milhões e US\$3 milhões, respectivamente.

A mensuração do custo das ações é baseada na cotação das ações ordinárias da Whirlpool Corporation na data da outorga. A média ponderada do valor justo dos prêmios outorgados em 2013 e 2012 foram de US\$105,40 e US\$68,63 dólares, respectivamente.

O quadro abaixo demonstra a movimentação das ações:

	Número de ações (em milhares)	Média Ponderada do valor justo (US\$)
Ações não revertidas em direito em 01/01/2012	169	68,01
Outorgadas	104	68,63
Perda de direito	(105)	80,56
Direito adquirido e transferido para irrestrito	(46)	31,61
Ações não revertidas em direito em 31/12/2012	122	71,44
Outorgadas	22	105,40
Perda de direito	(6)	70,74
Direito adquirido e transferido para irrestrito	(34)	76,05
Ações não revertidas em direito em 31/12/2013	104	76,95

A despesa referente à remuneração baseada em ações foi de R\$8.655 e R\$9.955 em 2013 e 2012, respectivamente.

21. Seguros contratados

Em 31 de dezembro de 2013, a cobertura de seguros contra incêndio, roubo, colisão e riscos diversos sobre bens do ativo imobilizado, produtos em estoques e lucros cessantes é considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais sinistros. O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros.

Notas Explicativas

22. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Despesas de juros	(53.024)	(39.129)	(30.638)	(70.754)
Variações monetárias e cambiais passivas	(352.936)	(80.782)	(390.816)	(95.085)
Perdas em operações de <i>Hedge</i>	(101.136)	(37.162)	(103.142)	(43.885)
Despesas de AVP	(143.794)	(152.674)	(242.856)	(195.170)
Outras despesas financeiras	(46.436)	(41.482)	(67.437)	(66.413)
Total de despesas financeiras	(697.326)	(351.229)	(834.889)	(471.307)
Receita de juros	78.993	71.797	91.549	84.299
Variações monetárias e cambiais ativas	531.329	180.515	546.438	191.852
Ganhos em operações de <i>Hedge</i>	3.575	25.982	6.190	28.486
Receitas de AVP	78.892	69.015	146.873	119.122
Outras receitas financeiras	288	84	797	84
Total de receitas financeiras	693.077	347.393	791.847	423.843
	(4.249)	(3.836)	(43.042)	(47.464)

23. Instrumentos financeiros

I. Objetivo

A Companhia está exposta a risco de mercado, crédito e liquidez que podem apresentar impacto em seu resultado. A sua administração tem a responsabilidade de medir, monitorar e mitigar estes riscos, de acordo com as políticas e procedimentos globais determinados por sua Controladora.

II. Risco de mercado

A Companhia está exposta a flutuações de taxas de câmbio, taxa de juros e de preços de commodities que podem afetar os resultados operacional e financeiro. Para gerenciar estes riscos, são utilizados instrumentos financeiros derivativos para reduzir a volatilidade em seu resultado.

As operações com derivativos são definidas através de política global determinada por sua Controladora. A política proíbe negociação especulativa e determina a diversificação de contrapartes que devem possuir classificação mínima de *rating* divulgado por agências especializadas. Consequentemente, as operações de derivativos são realizadas com bancos de primeira linha no exterior e no Brasil.

Notas Explicativas

23. Instrumentos financeiros--Continuação

II. Risco de mercado--Continuação

Ainda de acordo com a política, todas as operações envolvendo derivativos devem estar dentro de um limite de exposição líquida baseada em projeções futuras de exportação e importação da Companhia e da posição atual de balanço (contas a receber e a pagar). A política define também um percentual de endividamento em taxa flutuante e fixa.

Os contratos de derivativos podem ser designados como hedge de fluxo de caixa ("*Cash Flow Hedge*") ou *hedge* de valor justo ("*Fair Value Hedge*"). Trimestralmente, são realizados testes de eficácia prospectivos e retrospectivos de suas operações.

A. *Estratégias de gerenciamento de riscos de mercado*

A Companhia possui área específica e dedicada para, diariamente, monitorar e avaliar a exposição consolidada, de forma a acompanhar os resultados financeiros e o impacto no fluxo de caixa, bem como garantir que os objetivos traçados inicialmente sejam atingidos.

a) Exposição a riscos cambiais

Para proteger-se do risco da variação cambial associado aos contratos assumidos, remessas e recebimentos futuros, a companhia utiliza: ACE (Adiantamento sobre Cambiais Entregues) e Contrato Futuro de Moeda *NDF* ("*Non Deliverable Forward*" Asiáticos e "*Plain Vanilla*").

NDF's Asiáticos, modalidade na qual a liquidação é feita através da diferença entre a média da taxa de câmbio divulgada pelo Banco Central (PTAX) de determinado período e a taxa contratada (*forward*), são utilizados para mitigar volatilidade das flutuações de taxas de câmbio sobre exposição líquida.

Notas Explicativas

23. Instrumentos financeiros--Continuação

II. Risco de mercado--Continuação

A. *Estratégias de gerenciamento de riscos de mercado*--Continuação

a) Exposição a riscos cambiais--Continuação

NDF's "Plain Vanilla", modalidade na qual a liquidação é feita através da diferença entre a taxa de câmbio divulgada pelo Banco Central (PTAX) de determinada data específica e a taxa contratada (*forward*), são utilizados para mitigar volatilidade das flutuações de taxas de câmbio sobre os eventos específicos de uma determinada data.

Tipos de *Hedge* utilizados pela Companhia conforme Política Global

Hegde de balanço a valor justo

As exposições em moeda estrangeira apresentadas na posição de balanço são cobertas por operações de "*hedge*" nos volumes entre 80% a 100%. Estas operações são designadas como *hedge* a valor justo por meio do resultado e são reavaliadas e ajustadas mensalmente.

Os ajustes positivos e negativos decorrentes destes contratos de "*hedge*" são reconhecidos mensalmente no resultado como receita ou despesa financeira. Os ajustes positivos (negativos) referentes aos contratos de moeda foram registrados no resultado financeiro conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Moeda Estrangeira	(97.651)	(11.180)	(97.222)	(15.399)

O objetivo do uso destes contratos é neutralizar o efeito de flutuações cambiais onde o ajuste negativo ou positivo do contrato de "*hedge*" é compensado pelo ganho ou perda cambial - das exposições cobertas.

Notas Explicativas**23. Instrumentos financeiros--Continuação****II. Risco de mercado--Continuação****A. *Estratégias de gerenciamento de riscos de mercado*--Continuação****a) Exposição a riscos cambiais--Continuação*****Hedge* de fluxo de caixa**

A Companhia está exposta a compromissos altamente prováveis de compra/venda em moeda estrangeira. A exposição futura desta exposição é coberta mensalmente de acordo com a política, que vincula a cobertura de “*hedge*” ao prazo negociado conforme segue: próximos 12 meses: de 50% a 75% de cobertura, entre 12 a 24 meses: de 0% a 75% de cobertura.

É importante ressaltar que a companhia adota um intervalo de cobertura nunca superior a 75% para absorver eventuais oscilações de demanda de mercado, evitando qualquer posição “*overhedged*” e especulativa. O valor justo dos contratos de fluxo de caixa futuros é apresentado em contas do balanço patrimonial (Ativo, Passivo e AAP – Ajuste de Avaliação Patrimonial). O reconhecimento dos ajustes positivos (negativos) de “*hedge*” no custo está atrelado ao momento em que o item protegido afeta a demonstração de resultado.

Os *ajustes* referentes aos contratos de moeda foram registrados na receita bruta conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Moeda Estrangeira	(11.789)	(23.333)	(12.095)	(23.935)

b) Exposição a riscos de “commodities”

A Companhia está exposta à variação de preços de “*commodities*”, principalmente cobre e alumínio, da qual se protege por meio de contratos de Termo de Mercadorias (Asiático). Os riscos advêm de compras futuras altamente prováveis dessas commodities que não estão fixadas diretamente com fornecedores.

Notas Explicativas

23. Instrumentos financeiros--Continuação

II. Risco de mercado--Continuação

A. *Estratégias de gerenciamento de riscos de mercado*--Continuação

b) Exposição a riscos de “commodities”--Continuação

A liquidação de Termo de Mercadorias “Asiático” se dá pela diferença entre a média aritmética dos preços das commodities divulgados pela *London Metal Exchange* (LME) de um período determinado e a taxa contratada. No vencimento, o ajuste é feito entre a diferença do preço médio das commodities com a paridade contratada, quando é feito o acerto entre as partes.

É importante ressaltar que a Companhia negocia os contratos de *commodities* em dólares. *Portanto*, na análise de exposição de moedas os valores de *commodities* são considerados.

Para proteger-se da exposição de variação nos preços de commodities, a política adotada *estabelece*: cobertura de “*hedge*” para os próximos três anos, sendo para os próximos 9 meses: de 50% a 80% de cobertura, entre 10 a 12 meses: de 40% a 60% de cobertura, entre 13 a 15 meses: de 20% a 40% de cobertura e, entre 15 a 36 meses: de 0% a 40% de cobertura. Sendo necessária a aprovação da Diretoria.

A Companhia adota um intervalo de cobertura nunca superior a 80% para absorver eventuais oscilações de demanda de mercado evitando qualquer posição *overhedged* e especulativa. Os ajustes positivos/(negativos) dos contratos de commodities é apresentado em contas do balanço patrimonial (Ativo, Passivo e AAP – Ajuste de Avaliação Patrimonial). O reconhecimento do ajuste positivo/(negativo) de *hedge* afeta a demonstração de resultado no mesmo momento do item protegido.

Notas Explicativas**23. Instrumentos financeiros--Continuação****II. Risco de mercado--Continuação****A. *Estratégias de gerenciamento de riscos de mercado*--Continuação****b) Exposição a riscos de “commodities”--Continuação**

O objetivo da contratação desses instrumentos é garantir os compromissos com acionistas evitando variações significativas. Os ajustes referentes aos contratos de commodities foram registrados no custo do produto vendido como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Commodities	(8.029)	8.175	(10.756)	8.175

c) Exposição a taxas de juros

Risco a taxa de juros é o risco a flutuação da taxa de juros de mercado. A exposição da Companhia decorre do financiamento do FINEP, corrigido pela TJLP, e das aplicações financeiras que são atualizadas pelo CDI. A variação desfavorável na taxa de juros pode afetar negativamente as receitas e despesas financeiras.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia e suas controladas não possuíam contratos financeiros de derivativos designados para hedge de taxa de juros.

d) Operações em aberto (ou não liquidadas)

Os instrumentos financeiros de hedge da Companhia são contabilizados em contas de ativos e passivos. Em 31 de dezembro de 2013, o impacto do *hedge* no balanço esta demonstrado na tabela abaixo:

	Classificação do <i>hedge</i>*	Controladora	
		Valores nominais	
		2013	2012
Commodities	CF	190.577	138.680
Moeda estrangeira	CF / FV	1.283.766	1.501.946
Total		1.474.343	1.640.626

Notas Explicativas

23. Instrumentos financeiros--Continuação

II. Risco de mercado--ContinuaçãoA. *Estratégias de gerenciamento de riscos de mercado*--Continuaçãod) Operações em aberto (ou não liquidadas)--Continuação

Controladora		Valor justo			
	Classificação do hedge*	Hedges ativos		Hedges passivos	
		2013	2012	2013	2012
Commodities	CF	2.250	3.065	(7.720)	(1.952)
Moeda estrangeira	CF / FV	2.984	16.697	(79.160)	(44.115)
Total		5.234	19.762	(86.880)	(46.067)
Circulante		4.213	17.604	(86.148)	(45.733)
Não circulante		1.021	2.158	(732)	(334)

Consolidado		Valores nominais	
	Classificação do hedge*	2013	2012
Commodities	CF	236.086	138.680
Moeda estrangeira	CF / FV	1.318.903	1.549.936
Total		1.554.989	1.688.616

Consolidado		Valor justo			
	Classificação do hedge*	Hedges ativo		Hedges passivo	
		2013	2012	2013	2012
Commodities	CF	2.962	3.065	(8.167)	(1.950)
Moeda estrangeira	CF / FV	3.133	16.835	(79.506)	(44.781)
Total		6.095	19.900	(87.673)	(46.731)
Circulante		5.049	17.742	(86.934)	(46.397)
Não circulante		1.046	2.158	(739)	(334)

* CF: "Cash Flow Hedge" – Hedge de fluxo de caixa ou FV: "Fair Value Hedge" – Hedge de valor justo

Para as operações em aberto, a Companhia efetuou o cálculo do valor de mercado (MTM, *mark-to-market*) destas operações.

A Companhia adota para cálculo do valor justo a curva futura de mercado publicada pela Reuters no último dia útil de cada mês, revalorizando mensalmente todas as operações em aberto. O cálculo considera o valor futuro de cada operação trazido a valor presente considerando a taxa de juros de mercado para cada prazo negociado.

Notas Explicativas**23. Instrumentos financeiros--Continuação****II. Risco de mercado--Continuação****A. Estratégias de gerenciamento de riscos de mercado--Continuação****d) Operações em aberto (ou não liquidadas)--Continuação**

Os ajustes positivos (negativos) referentes aos contratos em aberto foram registrados conforme tabela abaixo:

Controladora <i>Hedge de Fluxo de Caixa</i>	Ajustes positivos/(negativos) reconhecido em ajustes de avaliação patrimonial		Ajustes positivos/(negativos) reclassificado de ajuste de avaliação patrimonial para resultado	
	2013	2012	2013	2012
Moeda estrangeira	(14.470)	(1.855)	(11.789)	(23.333)
Commodities	(6.545)	511	(8.029)	8.175
Saldo final	(21.015)	(1.344)	(19.818)	(15.158)
Saldo final líquido de impostos	(13.870)	(888)		

Consolidado <i>Hedge de Fluxo de Caixa</i>	Ajustes positivos/(negativos) reconhecido em ajustes de avaliação patrimonial		Ajustes positivos/(negativos) reclassificado de ajuste de avaliação patrimonial para resultado	
	2013	2012	2013	2012
Moeda estrangeira	(14.390)	(2.275)	(12.095)	(23.935)
Commodities	(6.277)	511	(10.756)	8.175
Saldo final	(20.667)	(1.764)	(22.851)	(15.760)
Saldo final líquido de impostos	(13.640)	(1.344)		

As movimentações das operações de “*hedge accounting*” na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial líquida dos impostos diferidos entre 2013 e 2012, nos montantes de R\$13.640 e R\$1.344, respectivamente, resultam na variação de R\$12.296, conforme divulgado nas Demonstrações de Mutação do Patrimônio Líquido.

e) Exposição em moeda estrangeira no balanço

Ativos e passivos apresentados na posição de balanço foram cobertos por operações de “*hedge*”, dos quais o valor justo referente a estas operações foi reconhecido no resultado como receita ou despesa financeira, conforme abaixo:

Notas Explicativas**23. Instrumentos financeiros--Continuação****II. Risco de mercado--Continuação****A. Estratégias de gerenciamento de riscos de mercado--Continuação****e) Exposição em moeda estrangeira no balanço--Continuação**

Controladora	Ajustes positivos/(negativos) reconhecido no resultado financeiro	
	2013	2012
Valor justo de hedges		
Exposição líquida de balanço	1.001.238	1.316.145
Ajuste - <i>hedge</i> moeda estrangeira	(97.651)	(11.180)

Consolidado	Ajustes positivos/(negativos) reconhecido no resultado financeiro	
	2013	2012
Valor justo de hedges		
Exposição líquida de balanço	994.676	1.345.523
Ajuste - <i>hedge</i> moeda estrangeira	(97.222)	(15.399)

* As operações de commodities são mantidas em dólar. Para conversão utilizamos Ptax VBC de 31/12/2013 (2,3426).

A Companhia não tem intenção de liquidar tais contratos antes do prazo de vencimento.

f) Exposição no período

A tabela abaixo demonstra o efeito esperado no resultado das operações de *hedge* quando dos seus vencimentos, considerando o seu valor justo, conforme cenário provável descrito no item VI. Análise de Sensibilidade. Para as operações de “*hedge*” cambial das controladas no exterior, que compõem o consolidado, foram convertidas para reais pela Ptax divulgada pelo Banco Central nas datas finais de cada período:

Controladora					Consolidado				
1T14	2T14	3T14	4T14	Total	1T14	2T14	3T14	4T14	Total
(40.934)	(33.887)	(7.661)	547	(81.935)	(40.934)	(34.086)	(7.644)	756	(81.908)
1T15	2T15	3T15	4T15	Total	1T15	2T15	3T15	4T15	Total
45	166	64	14	289	69	184	64	14	331

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não havia depósitos ou garantias em nome da Companhia para as operações de *hedges*.

Notas Explicativas

23. Instrumentos financeiros--Continuação

III. Risco de crédito

O risco de crédito é a possibilidade de uma contraparte da Companhia não conseguir honrar seus compromissos financeiros. A Companhia está exposta a risco de crédito no seu contas a receber, contas a pagar, financiamentos e caixa. Para mitigar seu risco, a Companhia possui política que estabelece diretriz, metodologia e processo para definir limites de créditos de clientes e fornecedores.

A Companhia classifica suas contrapartes conforme avaliação de “rating” determinado internamente através de metodologia própria, revisada e avaliada por auditoria externa independente, levando em consideração os resultados financeiros e de caixa gerados pela contraparte no último exercício. Para contrapartes bancárias, a Companhia utiliza classificação da agência de “rating” Moody’s, conforme tabela:

Contraparte	“Rating” Global Moody’s
Banco do Brasil	Baa2
Bradesco	Baa2
Citibank	Baa2
HSBC	Baa2
Itaú BBA	Baa2
JP Morgan	Aa3
Santander	Baa2
Deutsche Bank	A2

IV. Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de não ter acesso a recursos de financiamento para investir na operação ou pagar seus compromissos. A Companhia possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de financiamentos e compromissos.

A Administração acompanha os controles de liquidez e fluxo de caixa monitorando a geração operacional da Companhia e mantém linhas de crédito pré-aprovadas com bancos para mitigar o risco de liquidez.

A Companhia considera que os recursos disponíveis, a geração de caixa operacional e as linhas de crédito existentes são suficientes para as necessidades de liquidez e compromissos financeiros para os próximos 12 meses.

Notas Explicativas**23. Instrumentos financeiros--Continuação****V. Gestão do capital social**

O objetivo da administração na gestão de capital é assegurar uma classificação de crédito forte, maximizar o valor do acionista e a perpetuidade do negócio.

A Administração pode ajustar o capital da Companhia de acordo com sua estratégia, buscando a melhor estrutura de capital e adequando às condições econômicas atuais. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital. A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos e operações com derivativos, menos caixa e equivalentes de caixa.

Controladora		
	Alavancagem	
	2013	2012
Empréstimos e financiamentos	137.893	111.544
Derivativos	81.646	26.305
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(447.442)	(128.780)
Dívida líquida	(227.903)	9.069
Patrimônio líquido	2.351.149	2.029.144
Patrimônio líquido e dívida líquida	2.123.246	2.038.213

Consolidado		
	Alavancagem	
	2013	2012
Empréstimos e financiamentos	138.469	111.544
Derivativos	81.578	26.831
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(971.511)	(377.561)
Dívida líquida	(751.464)	(239.186)
Patrimônio líquido	2.464.736	2.131.711
Patrimônio líquido e dívida líquida	1.713.272	1.892.525

VI. Análise de sensibilidade

De acordo com a deliberação nº 604/09 da CVM, a Companhia adotou três cenários para análise de sensibilidade.

Sensibilidade a taxa de câmbio e preço de “commodities”

O cenário provável foi calculado baseado no “valor de mercado” que utiliza a curva futura publicada pela Reuters no último dia útil de cada mês, revalorizando mensalmente todas as operações em aberto. O cálculo considera o valor futuro de cada operação trazido a valor presente considerando a taxa de juros de mercado para cada prazo negociado.

Notas Explicativas**23. Instrumentos financeiros--Continuação****VI. Análise de sensibilidade--Continuação**

A taxa adotada para o cenário provável do Brasil foi a Ptax divulgada pelo Banco Central em 31 de dezembro de 2013. Para as controladas no exterior, a taxa adotada foi a de fechamento divulgada pela Bloomberg em 31 de dezembro de 2013.

Para o cálculo das operações de Termo de Mercadorias Asiático, foram considerados nos cenários possíveis e remotos à redução no preço de “commodities” de 25% e 50% respectivamente, nos preços futuros das curvas futuras utilizadas no cenário provável.

A tabela abaixo demonstra os ajustes positivos ou (negativos) das operações de derivativos:

Controladora	Risco	No cenário Provável	No cenário Possível	No cenário Remoto
Posição ativa				
Hedge de metais	Queda do preço das <i>commodities</i>	(5.470)	(51.084)	(96.699)
Hedge de Moeda	Queda da moeda	(1.448)	(24.930)	(48.416)
Posição passiva				
Hedge de moeda	Alta das moedas	(74.727)	(388.631)	(704.809)

Consolidado	Risco	No cenário Provável	No cenário Possível	No cenário Remoto
Posição ativa				
Hedge de metais	Queda do preço das <i>commodities</i>	(5.205)	(61.811)	(118.417)
Hedge de moeda	Queda da moeda	(1.645)	(33.771)	(65.898)
Posição passiva				
Hedge de moeda	Alta das moedas	(74.727)	(388.631)	(704.809)

É importante ressaltar que os instrumentos de derivativos são utilizados exclusivamente para fins de proteção da exposição e os efeitos dos resultados das operações financeiras são acompanhados dos resultados inversos, no mesmo montante, das atividades operacionais da companhia, uma vez que a Companhia apresenta alto grau de efetividades em suas operações com derivativos.

Notas Explicativas

23. Instrumentos financeiros--Continuação

VI. Análise de sensibilidade--Continuação*Sensibilidade a taxa de juros*

Para a análise de sensibilidade de taxa de juros de empréstimo e aplicações financeiras, a Companhia considerou TJLP a 5,5% e CDI (Certificado de Depósito Bancário) a 9,77% para o cenário provável com aumento de 25% e 50% nos cenários possível e remoto, respectivamente. O cálculo feito com base no saldo de principal remanescente do empréstimo e das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2013. Os impactos no resultado poderiam ocorrer conforme tabela abaixo:

Controladora	Risco	No cenário Provável	No cenário Possível	No cenário Remoto
Aplicações financeiras	Baixa da taxa de juros	36.016	27.191	18.367
Empréstimos	Alta da taxa de juros	134.414	142.814	144.915

Consolidado	Risco	No cenário Provável	No cenário Possível	No cenário Remoto
Aplicações financeiras	Baixa da taxa de juros	55.206	41.911	28.619
Empréstimos	Alta da taxa de juros	134.414	142.814	144.915

VII. Valor justo

Os ativos e passivos financeiros da Companhia podem sofrer variação de seu valor contábil, porém os ativos e passivos financeiros da Companhia já estão marcados a valor justo, exceto os empréstimos que estão a custo amortizado, cujo o valor justo é próximo ao seu valor contábil.

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Ativos financeiro				
Contas a receber	413.417	456.142	960.032	1.111.767
Derivativos em <i>hedge</i>	5.234	19.762	6.095	19.900
Caixa e equivalentes de caixa	447.442	128.780	971.511	377.561
Total	866.093	604.684	1.937.638	1.509.228
Passivos financeiro				
Fornecedores	1.731.469	1.649.996	2.546.138	2.379.680
Empréstimos	137.893	111.544	138.469	111.544
Derivativos em <i>hedge</i>	86.880	46.067	87.673	46.731
Total	1.956.242	1.807.607	2.772.280	2.537.955

Notas Explicativas

23. Instrumentos financeiros--Continuação

VII. Valor justo--Continuação

O valor justo representa o valor pelo qual o ativo/passivo poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas e negociar.

A Whirlpool usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos ativos e passivos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: mensuração é feita com cálculos baseado em ativos/passivos com cotação em mercado, sem ajuste.

Nível 2: mensuração é feita com técnicas onde, os dados que tem efeitos significativos sobre o valor justo sejam cotados em mercados, direta ou indiretamente.

Nível 3: mensuração é feita com técnicas onde, os dados que tenham efeitos significativos sobre o valor justo não possuem cotação em mercados, direta ou indiretamente.

Os ativos e passivos calculados pelo seu valor justo foram classificados em níveis conforme tabela abaixo:

	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiro			
Caixa e equivalentes de caixa	971.511	-	-
Derivativos em <i>hedge</i>	-	6.095	-
Passivos financeiro			
Empréstimos	-	138.469	-
Derivativos em <i>hedge</i>	-	87.673	-

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, não houve transferências entre avaliações de valor justo Nível 1 e Nível 2 nem transferências entre avaliações de valor justo Nível 3 e Nível 2.

Para o cálculo, a Companhia adotou as seguintes premissas:

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, empréstimos e outras obrigações de curto prazo não possuem diferenças significativas entre valor contábil e o valor justo ("valor de mercado").

Notas Explicativas

23. Instrumentos financeiros--Continuação

VII. Valor justo--Continuação

- b) O valor justo de ativos ou passivos financeiros disponíveis para venda é baseado nas cotações de preço na data das demonstrações financeiras, quando houver.

24. Relacionamento com auditores independentes

Atendendo à determinação de divulgação das informações pertinentes ao relacionamento com os auditores independentes, nos termos da Instrução CVM nº 381/03, informamos que:

No exercício de 2013, a Whirlpool S. A. utilizou serviços prestados pela Directa Auditores referente auditoria que estão em conformidade com as regras de independência pelas normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Todos os serviços prestados pela Directa Auditores, de auditoria ou não, são, em observância às normas locais e internacionais aplicáveis, devidamente analisados e aprovados, principalmente quanto às questões de independência, pela Administração da Companhia.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
WHIRLPOOL S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da WHIRLPOOL S.A., identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da WHIRLPOOL S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da WHIRLPOOL S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da WHIRLPOOL S.A., essas práticas diferem da IFRS, aplicável às demonstrações financeiras

separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 28 de fevereiro de 2013, sem qualquer modificação.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2014.

CRC Nº 2SP013002/O-3

Clóvis Ailton Madeira
CTCRC Nº 1SP106895/O-1 "S"

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**Declaração**

Em atendimento ao disposto no artigo 25 da Instrução CVM 480/09, os diretores da Companhia declaram que revisaram, discutiram e concordam com as informações contidas nas Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, bem como, concordam com a opinião expressa no respectivo Relatório dos Auditores Independentes, Directa Auditores. Portanto, os Diretores aprovam a emissão das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2014.

Diretores:

João Carlos Costa Brega
Enrico Zito
Carlos Henrique Pinto Haddad
José Júlio de Souza Pereira Júnior
Sérgio Augusto França Leme
Roberto Holthausen Campos
José Lainor Driessen
Arthur Henrique de Aguiar Cançado Azevedo
Reinaldo Maykot

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração

Em atendimento ao disposto no artigo 25 da Instrução CVM 480/09, os diretores da Companhia declaram que revisaram, discutiram e concordam com as informações contidas nas Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, bem como, concordam com a opinião expressa no respectivo Relatório dos Auditores Independentes, Directa Auditores. Portanto, os Diretores aprovam a emissão das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2014.

Diretores:

João Carlos Costa Brega
Enrico Zito
Carlos Henrique Pinto Haddad
José Júlio de Souza Pereira Júnior
Sérgio Augusto França Leme
Roberto Holthausen Campos
José Lainor Driessen
Arthur Henrique de Aguiar Cançado Azevedo
Reinaldo Maykot